

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

2018





ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

MCMXCV

Índice

I - Nota prévia	5
II - Enquadramento jurídico	6
III - Missão, visão e valores	7
IV - Ética, transparência e responsabilidade	8
V - Órgãos sociais para o quadriénio 2018-2021	9
VI - Estrutura interna	14
VII - Princípio da qualidade	15
VIII - Análise SWOT	16
IX - Vetores estratégicos	17
X - Atividades e projetos para 2018	19
XI - Orçamento participativo	33
XII - Conclusões	34
XIII - Recursos humanos e financeiros, orçamento para 2018	35
XIV - Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o período de 2018	52





Nota prévia

«O pessimista queixa-se do vento, o otimista espera que mude e o realista ajusta as velas.»

William Ward

A Ordem dos Contabilistas Certificados vive um momento histórico em que se assinala a entrada num novo ciclo da instituição.

Após uma vincada liderança do ex-bastonário António Domingues de Azevedo, a que se seguiu Filomena Moreira como bastonária, e um ato eleitoral em que pela primeira vez concorreram quatro listas, assistiu-se a duas voltas eleitorais e à participação ativa de milhares de contabilistas certificados. Com a tomada de posse dos novos órgãos sociais para o mandato 2018-2021, ocorrida a 5 de março e a apresentação do presente plano de atividades e orçamento para 2018 (PAO/2018), a Ordem e os seus membros entram numa etapa em que se pretende melhor qualidade de vida, uma redefinição do perfil do profissional, estreitar a relação entre a instituição e os seus membros e a criação de um ambiente profissional e social onde contabilistas certificados sejam mais respeitados e dignificados pelo poder político, tecido empresarial e sociedade civil.

O primeiro plano de atividades e orçamento a aprovar em Assembleia Representativa, elaborado para um período de 9 meses, apresenta propostas para uma prossecução eficaz dos objetivos acima traçados espelhando o acolhimento de propostas recebidas ao longo de uma intensa campanha eleitoral, marcada por centenas de reuniões, debates e sessões junto dos profissionais.

Como refere William Ward, com o presente PAO/2018, o Conselho Diretivo da Ordem procurou ajustar as velas para navegar em busca de portos seguros para o crescimento da profissão.



II Enquadramento jurídico

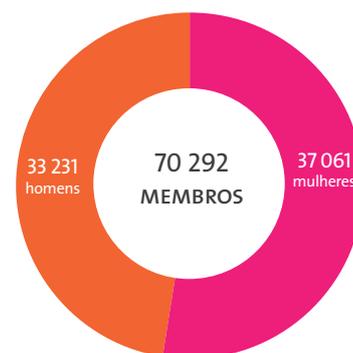
A Ordem foi criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro e pela Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, sendo uma pessoa coletiva de direito público representativa dos profissionais que exercem a atividade de contabilista certificado, contabilizando-se, à presente data 70 292 membros, dos quais 37 061 são mulheres e 33 231 homens.

A instituição tem sede na Avenida Barbosa do Bocage, n.º 45, Lisboa e possui 13 representações permanentes em todo o território nacional nos distritos de Vila Real, Braga, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria, Santarém, Castelo Branco, Setúbal, Faro, e nas regiões autónomas dos Açores (Ponta Delgada) e da Madeira (Funchal).

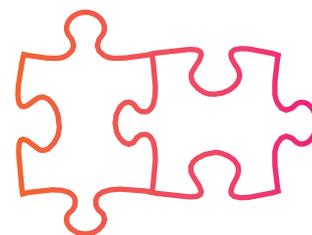
De assinalar também que, com a tomada de posse dos atuais órgãos sociais da Ordem, se completa a implementação das alterações introduzidas pela Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, ao Estatuto da Ordem. A partir da referida tomada de posse, o quadro institucional da Ordem adapta-se à nova estrutura orgânica: uma assembleia representativa composta por 87 contabilistas certificados, eleitos por 20 círculos eleitorais que, desejamos, aproxime os contabilistas aos seus representantes e à Ordem; os novos órgãos dispõem também de um novo quadro de competências e equilíbrio entre si que contribuirá para um reforço da transparência na governação da instituição.

Nos termos da alínea a) do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), compete ao Conselho Diretivo «elaborar até 30 de novembro de cada ano, o plano de atividades e o orçamento para o ano civil seguinte.» Não tendo sido possível, por razões do calendário eleitoral, apresentar o PAO/2018 em tempo devido, o presente foi elaborado com objetivos traçados para 9 meses.

O plano de atividades é o documento que reflete o pensamento sobre o que será a ação num ciclo anual e representa para o Conselho Diretivo um compromisso perante todos os membros da Ordem e demais interessados na profissão de contabilista.



Missão, visão e valores



MISSÃO

A Ordem tem como missão regular e disciplinar a profissão de contabilista certificado, com o objetivo de melhorar as condições para o exercício profissional, credibilizar e dignificar a classe e defender o interesse público da profissão e dos seus profissionais.

VISÃO

Os contabilistas certificados são sinónimo de confiança. Nesse sentido, e percebendo o interesse público da profissão, a Ordem tem como visão a excelência da profissão e dos profissionais, pugnando pelo seu desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuos.

VALORES

Competência | **Confiança** | Excelência | **Integridade** | Lealdade
Rigor | Sustentabilidade | **Transparência**.



IV Ética, transparência e responsabilidade

Como pessoa coletiva de interesse público, representativa dos profissionais que exercem a atividade de contabilista certificado, na prossecução dos seus objetivos, cumpre à Ordem o respeito absoluto pelos mais elevados valores éticos, de transparência e responsabilidade.

Para alcançar a sua missão, a Ordem rege-se pelos direitos e deveres deontológicos consagrados no seu Estatuto e no Código Deontológico dos Contabilistas Certificados, não podendo, em momento algum, violar tais normativos, devendo sempre ser um exemplo mor de conduta profissional ética e deontologicamente irrepreensível.

Como entidade pública, compete à Ordem pugnar por rigorosos padrões de transparência na sua gestão, disponibilizando frequentemente documentos, políticas estratégicas, informações sobre o seu estado financeiro e estando aberta a todos aqueles que tenham um interesse legítimo para com a instituição e a profissão. Nunca esquecendo o interesse público da instituição e da profissão, cumpre à Ordem agir de forma responsável nos múltiplos planos aplicáveis, nunca podendo esquecer, entre outras, a sua responsabilidade social para com os contabilistas certificados e subsidiariamente, para com a sociedade civil.



DELEGAÇÃO AVEIRO

Horário: 9h00-12h30 / 13h30-17h30

Contacto: Madalena Lemos

Morada: Rua Cristóvão Pinho Queimado, nº 42, Lote 4,

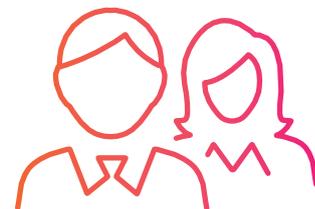
Piso 1, Loja 0 - Força Vouga - 3800-012 Aveiro

V

Órgãos Sociais para o quadriénio 2018-2021

CONSELHO DIRETIVO

Bastonária		Paula Maria Pires de Oliveira e Silva Laia Franco
Vice-presidente		Filomena Maria Felgueiras Abreu Lima Moreira
1.º vogal		José Pedro Ganchos Farinha
2.º vogal		Manuel Madeira Teixeira
3.º vogal		Joaquim Jorge de Carvalho Martins Barbosa
4.º vogal		Álvaro Jorge da Silva Costa
5.º vogal		Ana Cristina Pena Silva
1.º suplente		Helena Cristina Almeida da Costa
2.º suplente		Carlos Manuel Fernandes Plácido
3.º suplente		Rui Manuel de Matos Cabral da Silva Conde
4.º suplente		Pedro Nuno Ramos Roque



CONSELHO JURISDICCIONAL

Presidente		Armando Pereira Marques
1.º vogal		Alberto Carlos Morais Braz
2.º vogal		José Albino Prodêncio
3.º vogal		Rosa Teresa Reis Pinto Santos
4.º vogal		Rita Gonçalves Cordeiro
1.º suplente		Eugénio Lourenço da Silva Faca
2.º suplente		Luís Filipe Rui de Oliveira Caetano

CONSELHO FISCAL

Presidente		Mário da Cunha Guimarães
Vogal		Mário Paulo Baptista Cabêda
ROC		Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes
1.º suplente		José António Marques Pereira
2.º suplente		Maria de Lurdes Rebelo Marques

ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA

Presidente - João Baptista da Costa Carvalho

CÍRCULO ELEITORAL DOS AÇORES

Emanuel Norberto Lourenço Silveira Cordeiro
Gilberto Jorge de Ávila Moniz

CÍRCULO ELEITORAL DE AVEIRO

Arabela Regina Monteiro de Miranda Vilela Linhares
Carla Manuela Teixeira Carvalho
Daniel Filipe Moreira Lopes
Graça Maria do Carmo Azevedo
João Luís Morcela Rodrigues dos Reis
João Manuel Nunes da Madalena

CÍRCULO ELEITORAL DE BEJA

Luís Miguel de Carvalho Medeiros
Orlando Manuel Barrocas Roque

CÍRCULO ELEITORAL DE BRAGA

Eva Maria Ferreira Salgado
Horácio Manuel de Oliveira Lopes Ferreira
João Batista da Costa Carvalho
José Domingos São Bento Rodrigues
José Soares Roriz
Manuel Cruz Gonçalves

CÍRCULO ELEITORAL DE BRAGANÇA

Aníbal José de Sousa
Rui Jorge da Silva Costa

CÍRCULO ELEITORAL DE CASTELO BRANCO

António Mendes Pinto
Sebastião Dias Gomes

DELEGAÇÃO AÇORES

Horário: 9h00-12h30 / 13h30-17h30

Contacto: Leila Miranda

Morada: Solmar Avenida Center, Loja 136
9504-529 Ponta Delgada



CÍRCULO ELEITORAL DE COIMBRA

Diamantino Pinto Dias da Costa
Fernando Emanuel Pimenta Girão
Marta Cristina Henriques Neto

CÍRCULO ELEITORAL DE ÉVORA

António Manuel dos Santos Nabo
Rui Manuel Gertrudes Herdadinha

CÍRCULO ELEITORAL DE FARO

Carlos Manuel Pera Nunes
Custódio Vítor Martins Guerreiro
José Alberto de Brito Pereira

CÍRCULO ELEITORAL DA GUARDA

Fernando José Pêga Magro
Rosa Maria da Silva Dias

CÍRCULO ELEITORAL DE LEIRIA

Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho
António Cerejo Moreira Caseiro
Aurélio Gonçalves Coelho da Silva
Dina Maria Isidoro Carneiro

CÍRCULO ELEITORAL DE LISBOA

António Carlos dos Santos Caramelo
António de Jesus Nunes
Artur Maria da Silva
Brás José de Sousa Gonçalves Pires
Bruno José Quelhas Henrique Pereira
Carla Mariza Vieira da Costa
Carlos José Castro Alexandre
Francisco José Campos Graça Onofre Ferrão
Guilherme Pereira Lavos
Hugo Manuel Moreira Luís
Luís Arnaldo Santana Bolas
Mafalda Pereira Bernardes Vilarinho Andersen
Manuel José Benavente Rodrigues

DELEGAÇÃO SANTARÉM

Horário: 9h00-12h30 / 13h30-17h30
Contacto: Ana Patrícia Ribeiro
Morada: Av. Madre Andaluz, 12 B
2000-210 Santarém



Maria Margarida Leal Gonçalves da Silva
Maria Teresa Eva das Neves
Pedro Miguel Baptista Pinheiro
Rosendo Manuel da Silva José
Tânia Cristina Leal Ramalho
Vítor Alexandre Lopes Pereira Vicente
Vítor Lino Soares Martins

CÍRCULO ELEITORAL DA MADEIRA

Manuel Vieira de Sousa
Sérgio Ricardo de Freitas Jesus

CÍRCULO ELEITORAL DE PORTALEGRE

José das Neves Raimundo
Paulo Alexandre Vivas Castanho

CÍRCULO ELEITORAL DO PORTO

Alfredo Luís Portocarrero Pinto Teixeira
António Jorge Pereira Ribeiro
Carlos Alexandre Quelhas Martins
Fernanda Ferreira Miranda de Freitas
Francisco de Oliveira Martins
Hélder Filipe Pereira da Cruz Branco
Joaquim Alexandre de Oliveira e Sousa
José Alberto Pinheiro Pinto
Paulo Jorge Seabra dos Anjos
Pedro Nuno Martins de Moura Areosa
Raquel Vandra da Mota Pinto
Romeu Manuel Almeida de Figueiredo
Rosa Branca Pinto Areias
Vítor Manuel Silva Oliveira

CÍRCULO ELEITORAL DE SANTARÉM

Carlos Manuel Boavida Ferreira
João Manuel Lopes Gomes
Júlio Marques Feijão

CÍRCULO ELEITORAL DE SETÚBAL

Alfredo de Jesus Alves
João Correia Colaço
Maria Lucília Pereira Marques
Maria Rosália da Silva Correia Simões
Paula Margarida Costa Esteves da Costa
Severino Gonçalves de Sousa

CÍRCULO ELEITORAL DE VIANA DO CASTELO

Domingos Queirós Martins
Ricardo Viana Felgueiras

CÍRCULO ELEITORAL DE VILA REAL

António Carlos Gomes Dias
Lara Sofia Ferreira Gomes

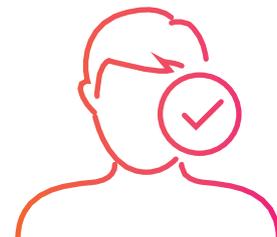
CÍRCULO ELEITORAL DE VISEU

João Carlos Simões Figueiral
Vítor Aurélio Sobral Monteiro



VI Estrutura interna

A estrutura interna da Ordem, de forma a responder a todas as necessidades diárias dos Contabilistas Certificados, é constituída por 120 colaboradores distribuídos pelos seguintes departamentos e serviços:



VII Princípio da qualidade

A política de qualidade da Ordem fundamenta-se num serviço aos membros, pautado pelos mais elevados padrões de excelência e na intrínseca interligação entre colaboradores, membros e órgãos sociais, tendo sempre por base uma transparente e honesta comunicação, gestão e definição estratégica.



● DELEGAÇÃO BRAGA

Horário: 9h00-12h30 / 13h30-17h30

Contacto: Maria José Vieira

Morada: Pç. Camilo Castelo Branco, N.º. 37
4700-209 Braga

VIII

Análise SWOT*

S	W
O	T

FORÇAS:

- Competência técnica
- Apoio aos seus membros
- Capacidade formativa
- Dimensão institucional
- Reconhecimento público

S

FRAQUEZAS:

- Posição face a outras entidades públicas
- Controlo de qualidade interno e externo
- Comunicação
- Burocratização interna
- Capacidade de resposta aos membros

W

OPORTUNIDADES:

- Abertura do poder político
- Cooperação institucional
- Rentabilização da Ordem
- Apoio em matérias emergentes
- Proatividade legislativa

O

T

AMEAÇAS:

- Reconhecimento do valor da profissão
- Relacionamento ético e deontológico entre membros
- Constantes alterações legislativas
- Crescente responsabilização na profissão

* Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats

IX Vetores estratégicos



O PAO/2018 foi construído tendo por base três grandes vetores de política estratégica definidos pelo Conselho Diretivo da Ordem para os seus primeiros 9 meses de mandato, conforme se apresenta:

A) UMA ORDEM PARA OS SEUS MEMBROS

O Conselho Diretivo pretende orientar a instituição para os seus membros, no âmbito das suas funções e competências. A Ordem é o veículo por excelência para promover o profissional e a profissão. Melhor que qualquer outra entidade pode criar ferramentas que eficazmente tutelem os interesses dos seus membros e assim os ajude a melhorar o exercício diário da profissão, valorizando e reconhecendo a importância do contabilista certificado na sociedade civil.

Com a implementação do presente PAO/2018 entrarão em vigor uma série de medidas que promovem uma ligação umbilical forte de diálogo e cooperação, em que os membros confiem na Ordem e sintam que os seus interesses estão devidamente tutelados e protegidos pela organização que regula a sua profissão.

B) REPOSICIONAMENTO DO CONTABILISTA CERTIFICADO

O contabilista certificado, no exercício diário da sua profissão, relaciona-se com diversas entidades, tecido empresarial, AT, poder político e sociedade civil, padecendo de uma desproporcionada submissão face a estes agentes. É necessário reverter essa posição.

Nesse sentido, no presente PAO/2018, almejando a valorização do profissional certificado da contabilidade, é apresentado um conjunto de medidas para se valorizar o papel do contabilista. É necessário que indubitavelmente se veja o profissional como um interlocutor vital na economia, como o criador de confiança das declarações financeiras das empresas e que se dignifique uma profissão de inegável interesse público.



C) REDEFINIÇÃO DO PROFISSIONAL DO FUTURO

Vivemos numa era digital e tempos onde a profissão de contabilista será moldada pelas novas tendências informáticas. Sendo certo que o contabilista certificado de hoje não será o contabilista certificado de amanhã, o presente PAO/2018 apresenta um conjunto de medidas que pretendem ajudar os membros a melhor se adaptarem à nova realidade profissional que se avizinha.

Na era da digitalização, a Ordem pretende apoiar os seus membros sempre que estes se deparem com obstáculos, ajudando-os a identificar e aproveitar oportunidades de crescimento e desenvolvimento.

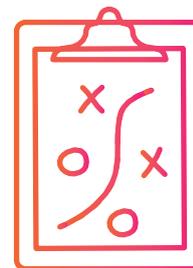
Com esta oportunidade, o contabilista do futuro será visto pelo empresário não como uma obrigatoriedade legal mas sim como uma peça indispensável para a boa gestão e funcionamento da empresa. Certos de que é esse o melhor rumo para os seus membros, a Ordem terá de se focar e empenhar na criação de estratégias que potenciem os novos serviços do contabilista certificado.



BASTONÁRIA E CONSELHO DIRETIVO

X Atividades e projetos para 2018

A concretização dos vetores estratégicos da Ordem dos Contabilistas Certificados apenas será possível com o desenvolvimento de um plano operacional de ação que define as principais medidas e ações a interligar os vetores estratégicos e que constituem a base dos projetos e atividades a desenvolver em 2018, estando fortemente direcionadas para os contabilistas certificados.



1 - O CONTABILISTA CERTIFICADO E O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

O contabilista certificado é aquele que planifica, organiza, coordena e assume a regularidade técnica nas áreas contabilísticas e fiscais das várias empresas exercendo também funções de consultoria e representação junto da AT e demais entidades. Profissionalmente é solicitado para as mais variadas realidades, sendo-lhe exigido um conhecimento nas múltiplas e vastas áreas contabilísticas, fiscais e empresariais.

Assim, torna-se necessário apoiar os contabilistas certificados de modo a que os mesmos ultrapassem os obstáculos que têm pela frente e possam aproveitar as oportunidades.

Ações previstas

- Promover a constituição de grupos de trabalho para, juntamente com as empresas de software, construir um padrão tipo que elenque todas as necessidades dos profissionais, para que os programas atualmente disponibilizados correspondam às exigências do diário exercício da profissão;
- Elaborar um guia profissional e formação específica, que permita ao contabilista certificado obter informação para construção de planos de gestão da sua empresa, planos de angariação de novos clientes, técnicas de negociação, estratégias de marketing e promoção e novas oportunidades de crescimento profissional;
- Introdução de formações especializadas em ferramentas informáticas;
- Apresentação de critérios objetivos para o cálculo de honorários, de modo a que os valores praticados sejam mais competitivos e dignifiquem o exercício e as responsabilidades da profissão;
- Início de abordagem às normas ISO (Organização Internacional de Padronização) para sistema de gestão de qualidade e de segurança da informação, face ao novo



Regulamento Geral de Proteção de Dados que entrará em vigor em maio de 2018;

- Analisar a possibilidade da Ordem atuar como agente de promoção e apoio a candidaturas de contabilistas certificados e/ou suas sociedades a programas de investimento;
- Desenvolvimento e reestruturação do Fórum da Ordem, alocando-se um consultor técnico da Ordem para prestar apoio permanente às questões colocadas. O Fórum deverá também ser direcionado e promovido como uma ferramenta de trabalho e partilha de informação a todos os membros;
- Logo após a publicação de legislação relevante, proceder à análise da mesma e à divulgação junto dos membros.

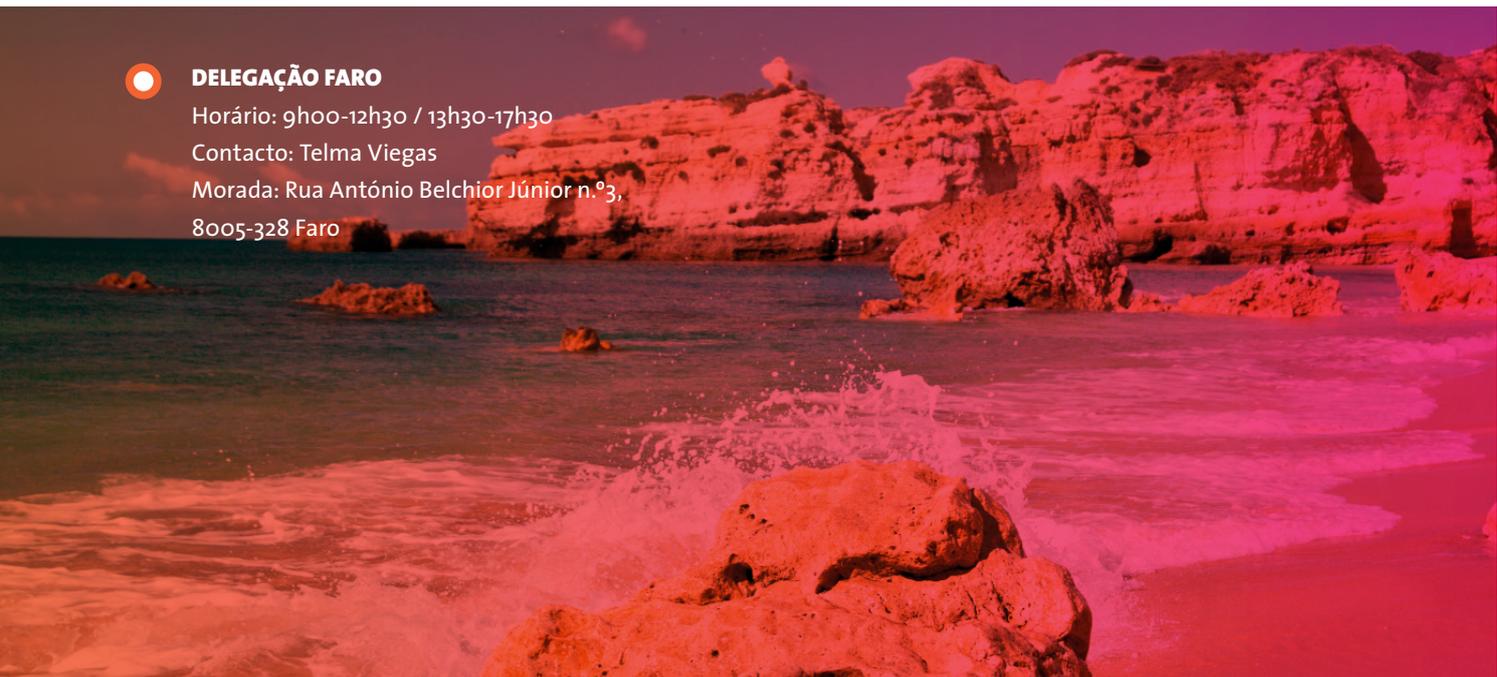


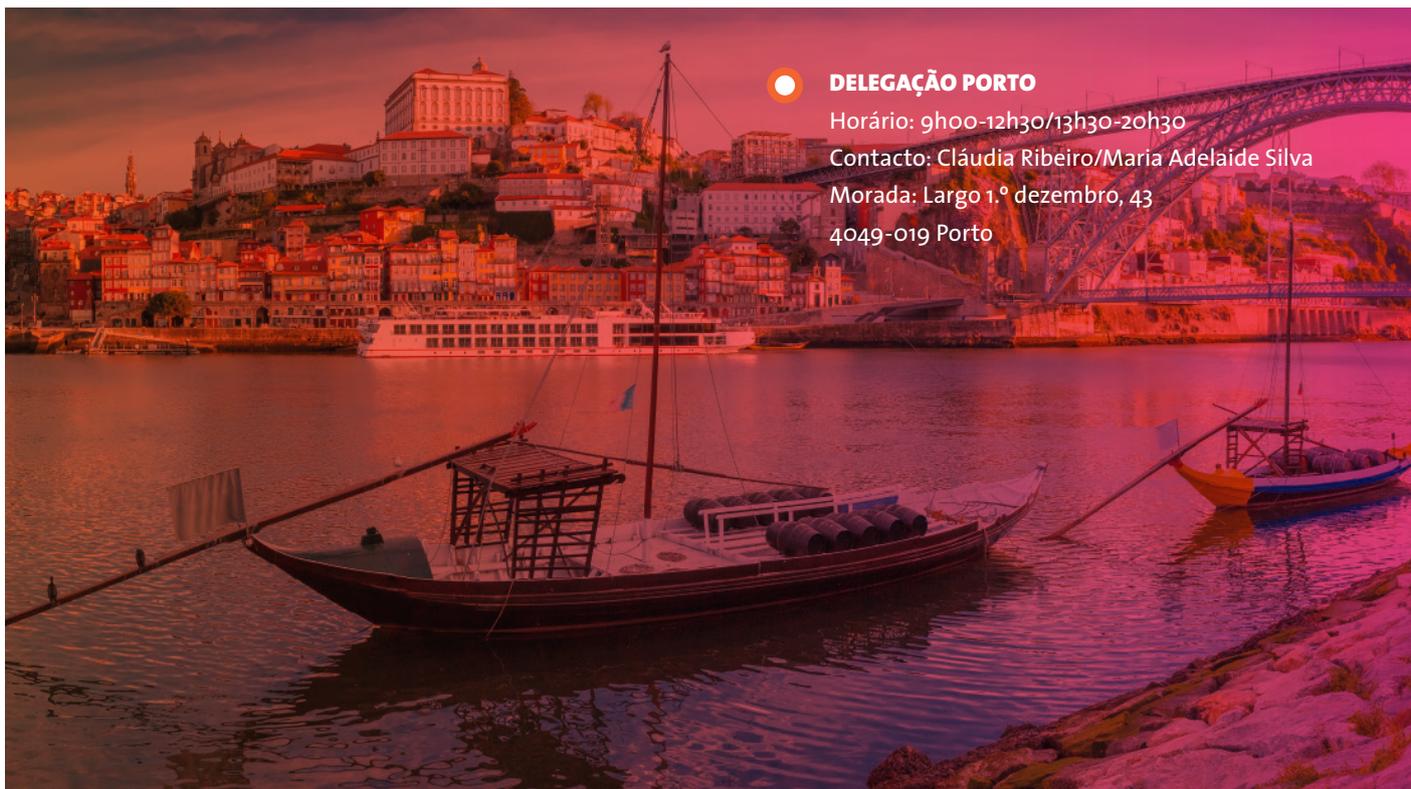
DELEGAÇÃO FARO

Horário: 9h00-12h30 / 13h30-17h30

Contacto: Telma Viegas

Morada: Rua António Belchior Júnior n.º3,
8005-328 Faro





DELEGAÇÃO PORTO

Horário: 9h00-12h30/13h30-20h30

Contacto: Cláudia Ribeiro/Maria Adelaide Silva

Morada: Largo 1.º dezembro, 43
4049-019 Porto

2 - AS CONTAS DA ORDEM

As contas da Ordem são totalmente transparentes. A Ordem é de todos os contabilistas certificados e, como pessoa coletiva de direito público com interesse para toda a sociedade civil, pugnaremos pela total abertura das mesmas a todos os que as desejarem consultar.

Ações previstas

- Apresentação e disponibilização, via consulta direta e newsletter, das contas e situação financeira da Ordem a todos os interessados;
- Publicação e disponibilização trimestral, via *newsletter*, das contas da Ordem;
- De forma a manter os contabilistas certificados informados e conhecedores da atividade da Ordem, disponibilizaremos, permanentemente e de forma agilizada, toda a documentação requerida;
- Total transparência, através da consulta sem restrições, de informação relativa às remunerações, senhas de presença, benefícios sociais e despesas de custo de todos os órgãos sociais e membros de comissões e colégios.



3 - CONSULTORIA TÉCNICA

A consultoria técnica é um dos apoios prestados pela Ordem com maior impacto no exercício da profissão. Assim, torna-se necessário dotar o mesmo de uma maior e melhor capacidade de resposta.

A par do esclarecimento técnico, o consultório técnico tem um papel preponderante no esclarecimento de nova legislação contabilística e fiscal, interpretações vinculativas e demais disposições normativas que afetam o exercício da profissão.

Ações previstas

- Elaboração de pareceres e artigos informativos sobre as mais controversas questões contabilísticas e fiscais;
- Atendimento em horário alargado e sem pausa para almoço nos períodos antecedentes às entregas das mais relevantes declarações tributárias;
- Alargar o atendimento técnico para o Código Contributivo;
- Diminuição dos prazos de resposta nos pedidos de pareceres técnicos;
- Continuar a aposta no desenvolvimento de manuais explicativos que apoiem no preenchimento dos diferentes modelos declarativos;
- Reestruturar a base de dados SICCC, dotando-a de mais informação, melhor acessibilidade e mais ágil consulta;
- Reestruturar o modelo e locais de atendimento presencial, na sede da OCC, tornando-o mais sigiloso, personalizado, com maior privacidade e ajustado aos problemas do membro;
- Implementar um sistema de atendimento mais moderno e que permite uma maior interação, bem como uma constante avaliação do serviço de atendimento.
- Implementar o atendimento presencial nas delegações da Ordem, com a periodicidade a definir e sempre sujeita a marcação.

DELEGAÇÃO CASTELO BRANCO

Horário: 9h00-12h30 / 13h30-17h30

Contacto: Sónia Pereira

Morada: Urbanização Quinta Pires Marques

Av.ª de Espanha, 27 R/C Esq.º

6000-078 Castelo Branco



4 - CONSULTORIA JURÍDICA

Atendendo ao conhecimento jurídico que todos os contabilistas certificados necessitam possuir, o apoio jurídico, em idêntica ação prevista para o apoio técnico, pode apresentar-se como uma das ferramentas mais importantes para o desenvolvimento de melhores condições para o exercício da profissão.

Ações previstas

- Produção de informações e pareceres de interpretação legislativa;
- Atendimento em horário alargado e sem pausa para almoço nos períodos de entrada em vigor de novos diplomas legais com relevância significativa para a profissão;
- Apoio jurídico junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e Segurança Social através da disponibilização de jurista e/ou advogados que acompanhem os membros nas suas deslocações ou reuniões com estas entidades;
- Diminuição dos prazos de resposta nos pedidos de pareceres técnicos;
- Diminuição dos prazos dos procedimentos disciplinares, de modo a que as decisões sejam mais eficazes e úteis para contabilistas certificados e contribuintes;
- Criação de uma área de mediação de conflitos entre contabilistas certificados e contabilistas certificados e seus clientes;
- Reestruturar o modelo e locais de atendimento presencial, na sede da OCC, tornando-o mais sigiloso, personalizado, com maior privacidade e ajustado aos problemas do membro;
- Disponibilização de aconselhamento jurídico especializado para impugnação de atos administrativos e fiscais;
- Apoio efetivo em casos de reversão fiscal contra contabilistas certificados, apoiando no pagamento das custas judiciais, disponibilizando apoio jurídico e patrocinando o desenvolvimento de doutrina que fundamente a não responsabilização dos profissionais por dívidas das empresas;
- Implementar um sistema de atendimento mais moderno e que permite uma maior interação, bem como uma constante avaliação do serviço de atendimento.
- Implementar o atendimento presencial nas delegações da Ordem, com a periodicidade a definir e sempre sujeita a marcação.



5 - FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Com a velocidade das novidades legislativas e a sua complexidade técnica, bem como a crescente sofisticação da economia e do mercado onde nos inserimos, para um exercício da profissão, pautado por padrões de excelência, e para o desenvolvimento das capacidades e qualificações técnicas dos contabilistas certificados, a formação profissional contínua apresenta-se com carácter cada vez mais essencial.

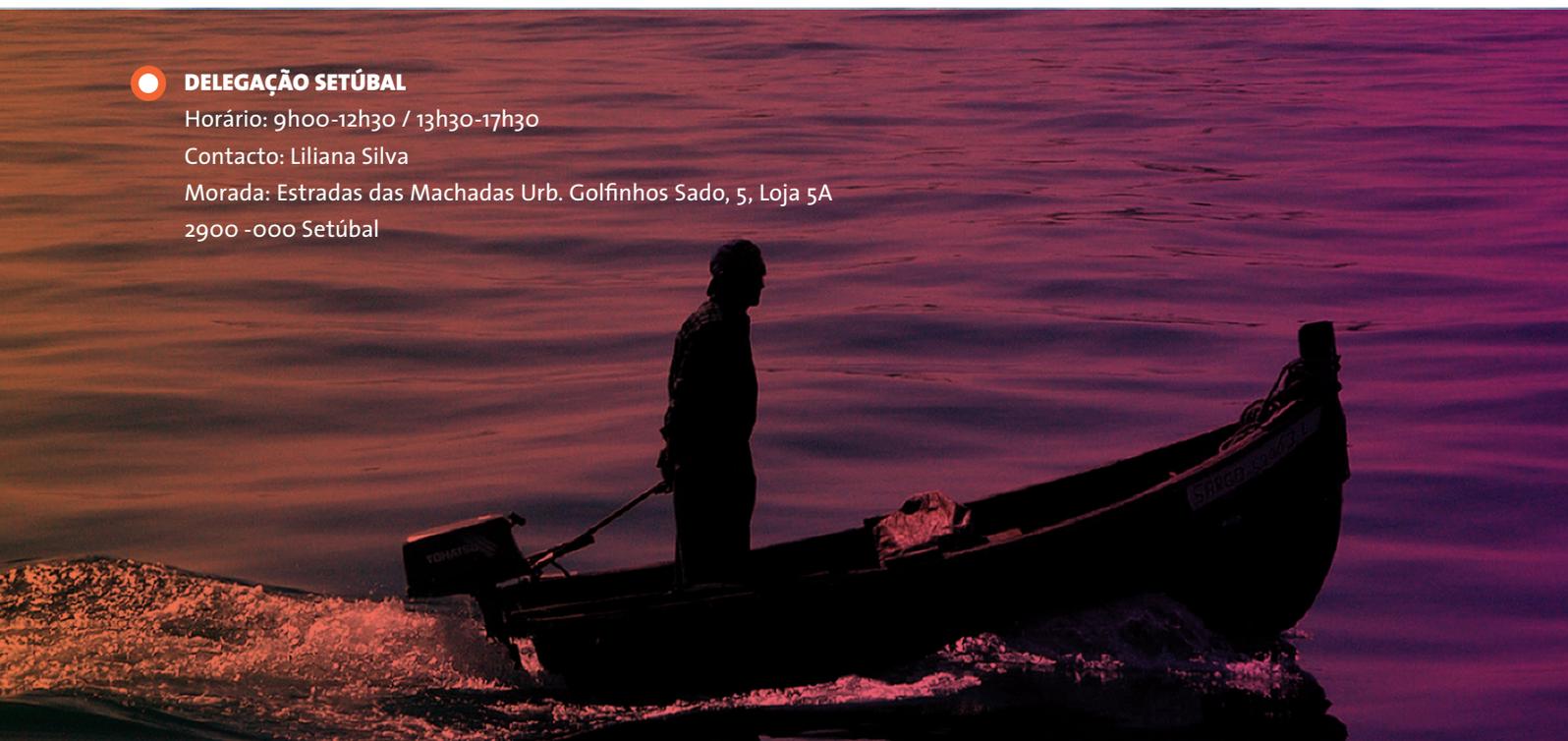
A aposta no aperfeiçoamento e formação profissional dos membros é uma preocupação essencial da Ordem. Assim, atendendo ao atual perfil do contabilista certificado, a formação contínua disponibilizada deve abranger um vasto leque de competências e áreas do conhecimento, englobando, além da contabilidade e fiscalidade, a gestão, administração, economia, finanças, competências digitais, linguísticas, de negociação, boas práticas profissionais, gestão de clientes, etc. (as denominadas *soft skills*).

DELEGAÇÃO SETÚBAL

Horário: 9h00-12h30 / 13h30-17h30

Contacto: Liliana Silva

Morada: Estradas das Machadas Urb. Golfinhos Sado, 5, Loja 5A
2900 -000 Setúbal



Ações previstas

- Reestruturação do plano formativo, de modo a fazer face às atuais exigências profissionais;
- Promoção de formações que desenvolvam as competências transversais, focadas na informática, gestão e angariação de clientes, gestão do escritório, etc.;
- Apresentação e disponibilização de um preview do conteúdo programático, materiais de apoio ao curso, identificação e resumo curricular do formador antes do começo do prazo de inscrição no curso;
- Padronização dos materiais de apoio aos cursos de formação, dotando-os também de um aspeto gráfico homogéneo onde se identifique facilmente a imagem da Ordem;
- Reforço na aposta de formações através do e-learning, revendo também as funcionalidades da plataforma, tornando-a mais amigável e com conteúdos especificamente orientados para este tipo de formação, sendo toda ela lecionada por formadores com qualificações neste tipo de plataformas;
- Formação de orientadores para ministrar formação através da plataforma de e-learning;
- Reestruturar o modelo de funcionamento das reuniões livres, introduzindo um tema inicial e alterando a composição da monitorização das sessões, passando estas a ser integradas por, pelo menos, um fiscalista, um contabilista certificado e, alternadamente, um especialista em Segurança Social e direito do trabalho;
- Transformar as reuniões livres num espaço privilegiado de comunicação entre a Ordem e os contabilistas certificados;
- Dar preferência a formadores membros que exerçam a profissão e/ou que sejam membros do colégio de especialidade, de forma a aproximar o formador da realidade profissional dos formandos;
- Incentivar a prática de ações de formação recorrente, ou seja, através da Assembleia Representativa ou via direta junto da Ordem, identificar necessidades de formação específicas com vista à organização de cursos fora do calendário pré-definido;
- Organização de conferências e debates com temas de interesse para os membros, reunindo conhecimento de profissionais, da academia e de outros especialistas;
- Formação específica no Regulamento Geral de Proteção de Dados, de forma a que os membros estejam melhor preparados para este normativo e, assim, possam apoiar os seus clientes nestas matérias, criando oportunidades de valor acrescentado para todos.



6 - A ACADEMIA

A investigação da contabilidade e fiscalidade e o ensino destas temáticas são áreas nas quais a Ordem deve despender a sua maior atenção, pugnando por maior rigor, exigência e adequação à realidade profissional com a qual nos deparamos, de modo a que os novos contabilistas certificados estejam prontos para um efetivo exercício da profissão regido pelos mais elevados padrões de qualidade, contribuindo assim para uma maior reputação da classe junto da sociedade civil e do poder político e para o desenvolvimento do nosso tecido empresarial. A criação de maior reputação, valorização e competência profissional é um processo que deve começar desde o primeiro dia em que o futuro contabilista certificado se prepara para o exercício da profissão. Nesse sentido, é fundamental um trabalho de cooperação e colaboração estreita entre a Ordem e a academia.

Ações previstas

- Reuniões anuais com as instituições de ensino antes do começo de cada ano letivo;
- Organização conjunta de conferências, debates, fóruns e outros eventos formativos, com participação gratuita para os estudantes e candidatos à Ordem;
- Apoio a projetos de investigação científica nas áreas da contabilidade e fiscalidade;
- Iniciar o processo de atribuição de novos prémios e bolsas de incentivo à investigação em matérias contabilísticas e fiscais;
- Sensibilizar as instituições de ensino para a importância da cadeira de «Ética e Deontologia», de modo a que este conscientize e eduque os futuros contabilistas certificados para a importância e relevo social da profissão, pugnando-se por práticas de concorrência e remuneratórias adequadas para com as responsabilidades e funções da profissão;
- Colaboração e incentivo de aulas abertas nas várias instituições, sobre temas específicos como o encerramento de contas, orçamento do Estado, etc.;
- Iniciar o processo de incentivo de programas de estágio de verão ou de estágios após a conclusão do curso, em empresas que apresentem um programa complementar de formação prática devidamente aprovado;
- Iniciar negociações com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, afim de promover incentivos a atribuir às empresas que apostem em estágios profissionais;
- Encetar esforços para o reconhecimento recíproco e automático do título de especialista concedido pela Ordem e pelas universidades e politécnicos.
- Aproximação às associações de estudantes para dar a conhecer a profissão e os seus benefícios.

7 - COMUNICAÇÃO COM OS MEMBROS E OUTROS INTERVENIENTES

Os profissionais devem ter acesso privilegiado e facilitado a toda a informação da Ordem, tendo aí uma fonte de conhecimento técnico e profissional.

A comunicação da Ordem, de forma a aumentar a reputação e importância do papel dos contabilistas certificados, deve focar-se também no tecido empresarial, poder político e sociedade civil, consciencializando e educando estes intervenientes para a importância, papel e responsabilidades dos profissionais certificados da contabilidade.

Ações previstas

- Investimento no desenvolvimento da PastaCC, dotando-a de mais possibilidades e ferramentas, para uma ágil e célere comunicação entre contabilistas certificados e a Ordem;
- Privilegiar a publicação mensal da Revista Contabilista em versão online e reforçar a aposta neste meio para publicação de informação técnica e de novidades profissionais;
- Incentivar os contabilistas certificados a escreverem artigos técnico-práticos para incluir na revista;
- Padronização da imagem de todos os meios de comunicação social;
- Aumentar a presença da Ordem nas redes sociais e nos meios de comunicação social, de forma a tornar a marca Ordem dos Contabilistas Certificados e contabilistas certificados uma referência nacional e internacional nas áreas da contabilidade e fiscalidade;
- Utilizar o canal «Contabilista TV» para publicar vídeos tutoriais de curta duração para difusão através das redes sociais de conteúdos de natureza técnica e associativa;
- Desenvolver, publicitar e promover a utilização da biblioteca da Ordem;
- Calendarização de visitas trimestrais a todas as representações da Ordem, de modo a que os contabilistas certificados sejam diretamente auscultados pelos órgãos sociais;
- Criação de uma App que permita uma interação com a PastaCC, o Fórum da Ordem, e-learning e o recebimento de informação em tempo real aos utilizadores, revistas e manuais.



8 - APOIO SOCIAL AOS MEMBROS

O apoio social deve ter um caráter preventivo e não meramente curativo. Nesse sentido, a Ordem desenvolverá mecanismos que promovam melhores condições sociais, pessoais e profissionais dos membros.

Ações previstas

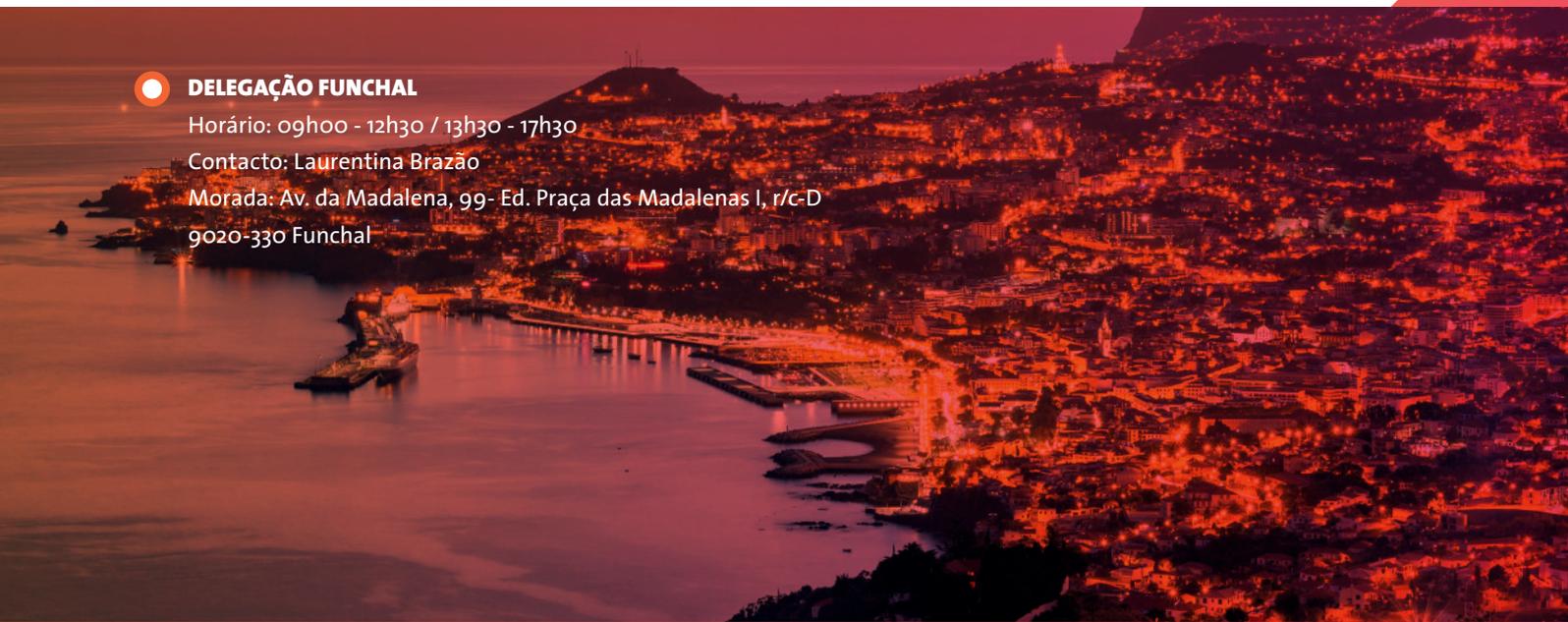
- Negociação de melhores condições para o seguro de responsabilidade civil e profissional, de forma a que o mesmo tenha uma franquia mais baixa e uma cobertura em todas as áreas da atuação profissional dos contabilistas certificados, protegendo por exemplo, os erros e omissões decorrentes de atividades junto da Segurança Social;
- Negociar a possibilidade de coberturas maiores, aumentando o prémio para os que optem por reforçar o risco coberto;
- Negociação de melhores condições para o seguro de saúde, possibilitando que os membros usufruam da proteção deste seguro durante toda a sua vida profissional ativa, mantendo o limite dos 80 anos, e que possam ter melhores condições quando visam aumentar o valor do prémio do seguro ou reforçar o âmbito da proteção disponibilizada;
- Manter a aposta no fundo de solidariedade social, complementando o valor do rendimento mensal dos membros com a atribuição de um subsídio até ao montante de 600 euros;
- Reforçar o fundo de pensões, explorando vias de se aumentar a rentabilidade dos valores entregues pelos contabilistas certificados;
- Análise e elaboração de projetos de exploração para a Casa CC em Lisboa e Porto, de forma a decidir o seu rumo e a potenciar os investimentos já realizados, tendo sempre presente o benefício para os membros;
- Quotizações reduzidas para membros em início de carreira e total isenção para os membros reformados que não exerçam;
- Análise da possibilidade de se reduzir as quotizações para membros com dificuldades pessoais e/ou profissionais devidamente comprovadas;

9 - RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As normas contabilísticas e fiscais que pautam o exercício da nossa profissão iniciam o seu processo legislativo em entidades internacionais claramente identificadas. Nestas entidades são discutidos os temas mais pertinentes sobre o futuro da profissão e são produzidos trabalhos técnicos de qualidade inegável. Estando ativamente presente nestas organizações, a Ordem e os seus membros têm a possibilidade de participar na elaboração legislativa e ter acesso às mais recentes novidades técnicas da profissão.

Ações previstas

- Ter representantes nos órgãos sociais e/ou comités de trabalho da International Federation of Accountants (IFAC); Comité de Integración Latino-Europa América (CILEA) e European Federation of Accountants for SME's (EFAA);
- Manter a participação na Fédération des Experts Comptables Méditerranéens (FCM) e Instituto Internacional de Costos (IIC);
- Analisar a participação na European Tax Adviser Federation (ETAF);
- Acompanhar e participar no desenvolvimento dos normativos contabilísticos e fiscais internacionais;
- Colaborar com as ordens profissionais dos Países de Língua Portuguesa, por exemplo, através da criação de uma federação daqueles países, tendente à elaboração de ações de formação, trabalhos técnicos, protocolização de regimes de reconhecimento profissional recíproco.



DELEGAÇÃO FUNCHAL

Horário: 09h00 - 12h30 / 13h30 - 17h30

Contacto: Laurentina Brazão

Morada: Av. da Madalena, 99- Ed. Praça das Madalenas I, r/c-D
9020-330 Funchal

10 - CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Independentemente da sua exigência legal, contratar serviços e bens através de procedimentos legais de contratação pública é indubitavelmente sinónimo de transparência, eficiência e boa gestão de recursos.

Ações previstas

- Cumprir escrupulosamente as normas de contratação pública, permitindo uma melhor gestão e otimização das finanças da Ordem;
- Publicar todos os procedimentos de contratação pública no sítio da Ordem;

11 - O ACESSO À PROFISSÃO

Acreditamos que o sistema em vigor foi adequado às exigências do tempo em que foi implementado. No entanto, face ao atual quadro legal, estatutário, académico e profissional, é necessário refletir sobre o processo de acesso à profissão e sobre os requisitos que os candidatos têm de preencher.

É fundamental refletir sobre quais as habilitações académicas que permitem o acesso à profissão, pois as mesmas devem dotar um candidato com as competências que lhe permitam fazer face às exigências diárias. Em relação ao estágio profissional, é importante ter em conta as mais e menos-valias do projeto de simulação empresarial /estágio curricular em contraste com o estágio profissional realizado sob a orientação de um patrono, para que tenhamos cada vez mais candidatos bem preparados.

Ações previstas

- Constituição de uma comissão, com representantes de instituições de ensino, associações de profissionais da contabilidade e fiscalidade, incluindo profissionais, alunos e docentes para análise e reflexão sobre os vários aspetos do modelo de acesso à profissão, mais concretamente:
 - Definição de quais as habilitações académicas necessárias à inscrição na Ordem, alterando-as caso tal se verifique necessário para a melhoria da profissão;
 - Definição e enumeração das vantagens e desvantagens do projeto de simulação empresarial – PSE face ao estágio profissional sob a orientação de patrono;
 - Reestruturação de um exame de acesso à profissão e, caso se comprove fundamental, definição do modelo e conteúdos do mesmo;
 - Implementar a inscrição eletrónica de candidatos ao acesso à profissão;
 - Criação do kit do novo membro, que deverá incluir um voucher para formação de gestor/comercial de uma empresa de contabilidade.

12 - CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE

A certificação de qualidade deve ser vista como algo desejável pelos contabilistas certificados. Trata-se de um instrumento para o desenvolvimento e melhoria técnica do trabalho realizado pelos contabilistas certificados, através do qual teremos melhores condições para o exercício da profissão, mais reputação e um papel mais preponderante junto do nosso tecido empresarial e da nossa sociedade civil. A certificação de qualidade, bem regulada, estruturada e almejando os adequados objetivos, será uma ferramenta essencial para o crescimento da qualidade da contabilidade no nosso país. Este modelo tem que se apresentar mais personalizado, pedagógico, humilde e não punitivo, que privilegie o melhoramento do exercício e qualidade da profissão. Acreditamos que devemos ter na certificação de qualidade uma análise transparente e objetiva, que ateste a qualidade do contabilista certificado para o exercício da profissão e que seja vista como uma estampilha que transmita reputação ao contabilista e segurança ao tecido empresarial e sociedade civil.

Ações previstas

- Suspensão do anterior modelo do controlo de qualidade;
- Terminar os processos de controlo de qualidade pendentes, cooperando ativamente com os contabilistas certificados controlados;
- Elaborar juntamente com todos os contabilistas certificados, associações profissionais da contabilidade e fiscalidade, através de uma discussão participativa, tendo em consideração a legislação em vigor e os padrões estabelecidos pela IFAC, um novo regulamento que concretize e aplique uma certificação de qualidade tendo em consideração os princípios base acima referidos;
- Elaborar um «Guia de Procedimentos» e dar formação aos responsáveis pelo novo sistema de certificação de qualidade.



13 - COLÉGIOS DE ESPECIALIDADE

Atendendo ao artigo 32.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, cabe à Ordem criar e constituir colégios de especialidade em:

- Contabilidade financeira;
- Contabilidade de Gestão;
- Contabilidade Pública;
- Impostos sobre o consumo;
- Impostos sobre o rendimento;
- Impostos sobre o património;
- Procedimento tributário gracioso; e
- Segurança social.

Ações previstas

- Traçar um plano anual com objetivos e projetos para os colégios de especialidade;
- Apoiar e cooperar com os colégios de especialidade na elaboração e organização de trabalhos técnicos, conferências e demais atividades com cariz técnico-científico que crie mais-valias para os contabilistas certificados;
- Promover a interação entre os colégios de especialidade, as empresas e a academia;
- Potenciar e privilegiar os trabalhos desenvolvidos pelos membros especialistas, para que esse conhecimento seja partilhado com todos os contabilistas certificados.

14 - COMISSÕES

Face às necessidades sentidas por todos os colegas no seu normal exercício da profissão, e tendo em conta que tal exercício tem especificidades, pontos fortes e fragilidades atendendo à área de atividade desenvolvida, pode ser necessário que se criem comissões personalizadas e orientadas para os diferentes modos de exercício da profissão.

Ações previstas

- Criação, constituição, coordenação, definição do plano de atividades e cooperação com as seguintes comissões:
 - Comissão de apoio ao jovem contabilista certificado;
 - Comissão de apoio aos contabilistas certificados em prática individual;
 - Comissão de apoio ao contabilista certificado em empresa;
 - Comissão de apoio ao contabilista público.
- Publicação semestral de relatórios de atividades de todas as Comissões.

15 - A ORDEM E O PODER POLÍTICO

É importante que a Ordem seja tida sempre em consideração em processos legislativos e na criação de mecanismos da responsabilidade do poder político, com impacto no exercício, reputação e dignidade da profissão. A Ordem tem de ser uma voz ativa e um interveniente sério, respeitado e com peso nos locais da decisão política. Só assim conseguirá defender eficazmente os direitos e interesses da profissão.

Ações previstas

- Intervir no processo do contabilista público, de modo a que o mesmo seja obrigatoriamente um contabilista certificado;
- Apresentar propostas para o correto funcionamento da figura do contabilista suplente e encontrar um mecanismo legal eficaz para a figura do justo impedimento;
- Propor um modelo de férias fiscais para os contabilistas certificados;
- Cooperar ativamente na definição do calendário fiscal;
- Participar ativamente, ouvindo sempre os contabilistas certificados, as associações de profissionais da contabilidade e fiscalidade e demais terceiros interessados, nos procedimentos legislativos com impacto direto na profissão e no superior interesse da sociedade civil;
- Empenhar esforços, alocar recursos e apresentar propostas que uniformizem os prazos de entrega das declarações tributárias, o modelo das declarações e a sua publicitação no início de cada ano civil;
- Ter um papel ativo na diminuição da burocracia existente na profissão e na economia nacional, possibilitando um clima mais saudável para as empresas e o investimento;
- Apresentar uma proposta de alteração para a figura legal da responsabilidade subsidiária dos contabilistas certificados;
- Desempenhar um papel ativo e sempre com o exclusivo foco no desenvolvimento e melhoramento dos esclarecimentos profissionais dos contabilistas certificados junto da Comissão de Normalização Contabilística.



16 - A ORDEM E A AT

Sendo um dos principais intervenientes no exercício da profissão de contabilista certificado, é importante que a relação entre a Ordem, profissionais e a AT seja aprimorada, reforçada e mais produtiva.

Ações previstas

- Proposta de criação de serviços especializados na AT para atendimento exclusivo a contabilistas certificados;
- Pugnar pela criação de mecanismos alternativos de resolução de conflitos, de modo a que os contabilistas certificados e os seus clientes possam, mais eficazmente, resolver os seus litígios com esta entidade;
- Esclarecer a interpretação tida pela AT no que respeita ao dever de colaboração entre contribuintes e AT;
- Participar no desenvolvimento dos ofícios circulares e elaborar notas interpretativas sobre as mesmas;
- Propor que o artigo 32.º do RGIT (Dispensa e atenuação especial das coimas) tenha aplicação automática por parte da AT;
- Estudar com a AT como atenuar o tempo e os gastos despendidos pelo CC, com o dever de colaboração, promovendo a eficiência das ações;
- Esclarecer o funcionamento do direito de representação por parte dos contabilistas certificados;
- Cooperar na criação de uma área reservada dentro do Portal das Finanças para os contabilistas certificados, de forma a que estes, mais agilmente, possam utilizar as ferramentas ali disponibilizadas;
- Pugnar pelo bom funcionamento e desenvolvimento do Portal da AT, para que este responda a todas as exigências dos contabilistas certificados e contribuintes.

17 - A ORDEM E O TECIDO EMPRESARIAL

É importante ter um papel ativo junto do tecido empresarial, conscientizando e educando os nossos empresários para o papel, responsabilidades e importância dos contabilistas certificados, pugnando por um maior respeito e compreensão dos profissionais da contabilidade.

Ações previstas

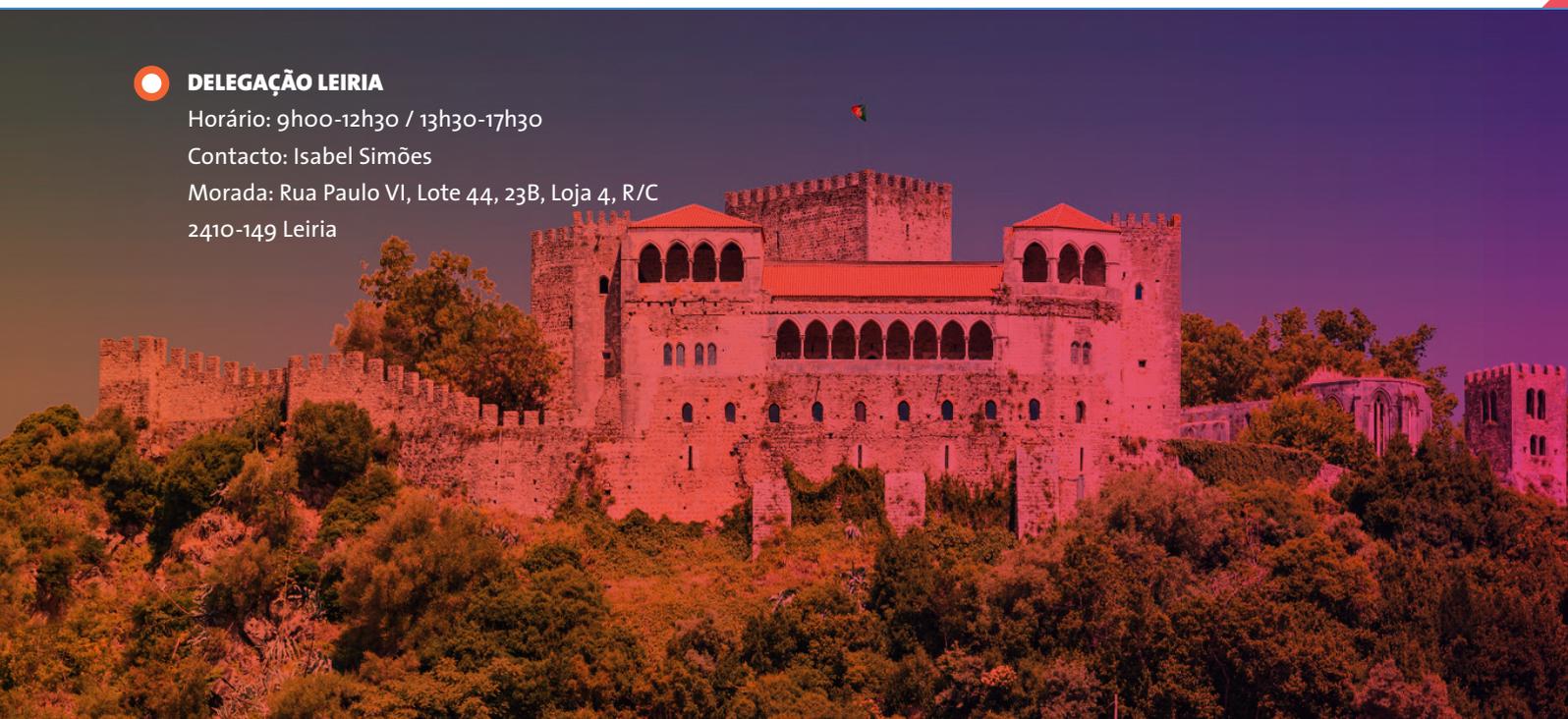
- Publicação de materiais de conscientização e educação empresarial para com as responsabilidades e funções dos profissionais;
- Estabelecimento de parcerias com associações empresariais para a organização de trabalhos técnicos, conferências e vantagens para os contabilistas certificados;
- Organização, em parceria com as várias associações empresariais, de cursos de formação para empresários sobre questões fiscais e contabilísticas.
- Convidar associações empresariais a participar em conferências, com temas de interesse dos contabilistas e da sua relação com os empresários;
- Participar ativamente em eventos para empresários, onde possamos demonstrar o valor acrescentado da profissão.

DELEGAÇÃO LEIRIA

Horário: 9h00-12h30 / 13h30-17h30

Contacto: Isabel Simões

Morada: Rua Paulo VI, Lote 44, 23B, Loja 4, R/C
2410-149 Leiria



18 - A ORDEM E A SOCIEDADE CIVIL

Tendo em consideração a visibilidade da Ordem, podemos também desempenhar um importante papel na educação e cidadania fiscal da sociedade civil pois, para uma economia pujante é necessário que todos nós o seu papel.

Ações previstas

- Publicação de artigos técnicos informativos, especificamente orientados para a sociedade civil;
- Realizar ações de sensibilização e pugnar pelo interesse público da profissão junto da sociedade civil, dando a conhecer as funções e importância dos contabilistas certificados;
- Continuar a aposta nos projetos de educação e cidadania fiscal, económica e empresarial nas escolas do ensino básico, contribuindo assim para uma maior sensibilidade dos jovens para estes temas.

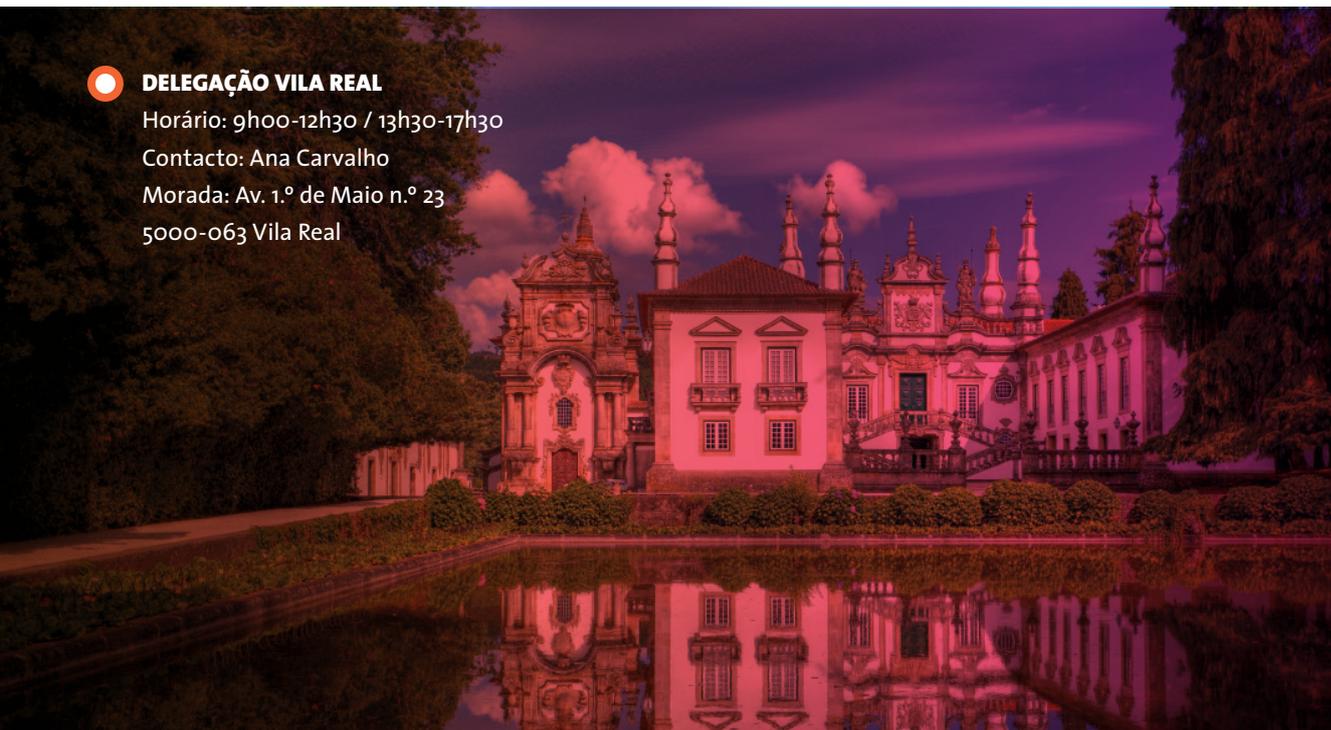
DELEGAÇÃO VILA REAL

Horário: 9h00-12h30 / 13h30-17h30

Contacto: Ana Carvalho

Morada: Av. 1.º de Maio n.º 23

5000-063 Vila Real



DELEGAÇÃO COIMBRA

Horário: 9h00-12h30 / 13h30-17h30

Contacto: Isabel Fernandes

Morada: Urbanização Panorama, Lote 3 - Loja 1,
3000-446 Coimbra



19 - A ORDEM E OUTROS PARCEIROS

A Ordem não se pode prender apenas à sua vertente contabilística e fiscal.

Tendo em consideração a relevância social e económica da Ordem, a diversidade e multiplicidade de intervenientes com os quais interagimos diariamente, é importante estabelecer novas relações e reforçar as já existentes, de modo a criar benefícios e mais vantagens para contabilistas certificados, tecido empresarial e sociedade civil.

Ações previstas

- Celebração de protocolos com entidades com fins semelhantes aos da Ordem, potenciando a fiscalidade, contabilidade e os seus profissionais;
- Celebração de protocolos com entidades com fins diversos aos da Ordem, de modo a que os membros beneficiem de uma panóplia de vantagens e benefícios;
- Criação e reforço de relações com associações empresariais e associações de profissionais da contabilidade e fiscalidade;
- Criação e reforço das relações com as associações do setor público, por exemplo associações de municípios, de juntas de freguesia;
- Criação e reforço de relações com entidades ligadas ao comércio externo, AICEP, Câmaras do Comércio e demais, para que possam ser elaborados programas de *Doing Business* e outras ações de sensibilização (conferências, cursos, entre outras) de apoio aos empresários e aos profissionais que tenham relações internacionais e para que os empresários e profissionais estrangeiros procurem o apoio dos contabilistas certificados para as questões contabilísticas e fiscais.



20 - DIA NACIONAL DO CONTABILISTA

O crescimento da credibilidade da profissão e a dignificação do contabilista certificado justificam a instituição do «Dia Nacional do Contabilista»: 21 de setembro, dia de S. Mateus. Contabilista, proclamado «Celeste Patrono dos Contabilistas» em 1953, assinalaremos e celebraremos todos os contabilistas certificados e as suas funções nessa data.

Ações previstas

- Organização de uma conferência dedicada ao tema «Contabilista Certificado e o papel da profissão»;
- Criação de iniciativas e marcos que assinalem este dia.

DELEGAÇÃO VISEU

Horário: 9h00-12h30 / 13h30-17h30

Contacto: Sandra Lopes

Morada: Rua Dr. António Costa n.º 12, Jogueiros
3500-030 Viseu



XI Orçamento participativo

Porque a Ordem existe e funciona em prol dos seus membros, na definição da estratégia e do plano de atividades para 2018, o Conselho Diretivo fez questão de ouvir os contabilistas certificados. Assim, no processo de elaboração do presente documento construiu-se uma plataforma onde todos, durante duas semanas pudessem deixar o seu contributo e assim ser apresentado um plano de atividades e orçamento abrangente e que apresente ferramentas e mecanismos que melhor apoiem os membros.

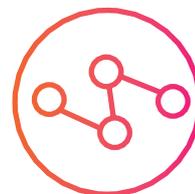
Apesar de muitas das sugestões já estarem, direta ou indiretamente, acima vertidas nas atividades e projetos para 2018, sublinham-se as seguintes propostas recebidas pelos colegas e sobre as quais o Conselho Diretivo alocará esforços e recursos para a sua implementação.

- Adequação da PastaCC e SICC às novas plataformas móveis e em modo offline, permitindo assim a sua utilização em qualquer aparelho e a qualquer momento;
- Digitalização dos materiais de apoio às formações e Revista Contabilista;
- Atividades sociais organizadas pela Ordem, como por exemplo, gala anual e caminhada solidária.



CONSELHO JURISDICIONAL

XII Conclusões



Num momento em que se assinala um novo ciclo, com novos objetivos para a profissão e a Ordem dos Contabilistas Certificados, o presente plano de atividades e orçamento para 2018 reflete uma forte mudança geracional que pretende construir um panorama profissional onde os contabilistas certificados tenham melhor qualidade de vida.

Num panorama onde as dificuldades são facilmente identificáveis, com condições de trabalho precárias, avenças baixas, instabilidade e insegurança na legislação fiscal e contabilística, concorrência desleal, o Conselho Diretivo propõe implementar para o que resta do ano em curso um conjunto de ferramentas e mecanismos que promovam uma íntima relação de cooperação e colaboração entre a Ordem e os seus membros e reposicione os contabilistas certificados junto do poder político, da AT, do tecido empresarial e da sociedade civil.

A Ordem aplicará todos os seus esforços na mudança de panorama, ao mesmo tempo que pugnará por ser um porto de abrigo e apoio para todos os contabilistas certificados.

XIII Recursos humanos e financeiros, orçamento para 2018

1	2
3	4

Como referido na nota prévia o primeiro plano de atividades e orçamento a aprovar em Assembleia Representativa, elaborado para um período de 9 meses, apresenta propostas para uma prossecução eficaz dos objetivos traçados em que se pretende melhor qualidade de vida para os membros, uma redefinição do perfil do profissional, estreitar a relação entre a instituição e os seus membros e a criação de um ambiente profissional e social onde contabilistas certificados sejam mais respeitados e dignificados pelo poder político, tecido empresarial e sociedade civil, dependendo a concretização do plano de atividades da disponibilidade e boa afetação dos recursos humanos e financeiros disponíveis.

Nos termos da alínea a) do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), compete ao Conselho Diretivo (CD) «*Elaborar até 30 de novembro de cada ano, o plano de atividades e o orçamento para o ano civil seguinte.*» Não tendo sido possível, por razões do calendário eleitoral, apresentar o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2018 em tempo devido, o presente foi elaborado com objetivos traçados para 9 meses. Apesar do plano de atividades ser apresentado para o período de abril a dezembro de 2018, o orçamento reflete o montante total dos rendimentos e gastos da Ordem a incorrer no período de janeiro a dezembro de 2018, sendo o período de 1 de janeiro a 5 março gerido pelos Órgãos Sociais que cessaram funções em 5 de março 2018.

Neste capítulo o CD apresenta a proposta de orçamento da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) para o ano de 2018.

ENQUADRAMENTO

O CD pretende orientar a instituição para os seus membros, no âmbito das suas funções e competências. A Ordem é o veículo por excelência para promover o profissional e a profissão. Melhor que qualquer outra entidade pode criar feramentas que eficazmente tutelem os interesses dos seus membros e assim os ajude a melhorar o exercício diário da profissão, valorizando e reconhecendo a importância do contabilista certificado na sociedade civil.

Por essa razão é fundamental uma gestão eficaz de todos os recursos humanos e financeiros existentes na Ordem, implementando novos procedimentos de otimização dos recursos para uma boa concretização dos objetivos definidos no



plano de atividades, eliminando as redundâncias, melhorando métodos operativos e de interação entre as várias áreas e departamentos da Ordem, de forma a canalizar o máximo de recursos para apoio aos membros.

Como referido no ponto 2 do capítulo X do plano de atividades as contas da Ordem são totalmente transparentes, estando as mesmas disponíveis a todos os membros que as desejem consultar. Neste sentido, está prevista a apresentação e disponibilização, via consulta direta e *newsletter* das contas, a situação financeira da Ordem a todos os interessados e a publicação e disponibilização trimestral, via *newsletter*, das contas da Ordem.

Assim, pretende-se ao longo do ano de 2018, em paralelo com a implementação de novos procedimentos de otimização de recursos e melhorias no sistema de controlo interno, definir critérios de imputação ajustados à realidade operacional da Ordem, de forma a transmitir e medir a eficácia do custos/benefício em função do resultado.

Para elaboração do orçamento foram considerados os seguintes pressupostos:

- O referencial de execução do ano de 2017;
- Os valores dos rendimentos e gastos efetivos do 1.º trimestre de 2018;
- As remunerações processadas dos Órgãos Sociais que cessaram funções em 5 de março de 2018;
- Redução de 30% das remunerações com a Bastonária, Conselho Diretivo e Conselho Jurisdicional, conforme definido no programa eleitoral, com a salvaguarda do valor das remunerações vir a ser definido pela Comissão de Fixação das Remunerações dos Órgãos Sociais eleita pela Assembleia Representativa, conforme disposto na alínea g) do art.º 40.º do EOCC;
- Os restantes órgãos sociais (Conselho Fiscal e Assembleia Representativa) são retribuídos através de senhas de presença, podendo o valor do orçamento ser revisto de acordo com o que for definido pela Comissão de Fixação das Remunerações dos Órgãos Sociais.

De seguida apresentam-se os valores para as principais rubricas do orçamento:

RENDIMENTOS

Comparação do orçamento para 2018 com os valores executados de 2017

Rendimentos	Real 2017	Orçamento 2018	Varição %
Vendas	4 471	3 966	-11,3%
Prestações de serviços	15 671 717	15 869 517	1,3%
Reversões	180 340	0	-100,0%
Outros rendimentos	708 565	794 248	12,1%
Total	16 565 093	16 667 730	0,6%

euros

euros

Rendimentos	Real 2017	Orçamento 2018	Variação %	% s/ total
Vendas	4 471	3 966	-11,3%	0,0%
Prestações de serviços	15 671 717	15 869 517	1,3%	95,2%
Jóias	86 800	90 000	3,7%	0,5%
Quotas	10 348 512	10 277 532	-0,7%	61,7%
Acções de Formação OCC	2 790 127	2 735 392	-2,0%	16,4%
Formação eventual	1 490 528	1 528 000	2,5%	9,2%
Formação (segmentada, permanente, à distância e recorrente)	1 218 008	1 147 392	-5,8%	6,9%
Conferências	81 591	60 000	-26,5%	0,4%
Outros serviços	2 446 278	2 766 593	13,1%	16,6%
Vinhetas	72 258	81 973	13,4%	0,5%
Serviços de informática (aos membros)	2 119 931	2 500 000	17,9%	15,0%
Multas-processos disciplinares	254 090	184 620	-27,3%	1,1%
Reversões	180 340	0	-100,0%	0,0%
De perdas de imparidade	129 199	0	-100,0%	0,0%
De provisões	51 141	0	-100,0%	0,0%
Outros rendimentos	708 565	794 248	12,1%	4,8%
Outros rendimentos suplementares	465 450	516 351	10,9%	3,1%
Encontro Nacional dos CC		7 500		0,0%
Taxas e emolumentos	424 626	465 787	9,7%	2,8%
Inscrições-Reg.atribuição créditos	24 065	26 064	8,3%	0,2%
Publicidade	16 759	17 000	1,4%	0,1%
Rendas	163 436	164 400	0,6%	1,0%
Rendas novas instalações	12 350	45 400	267,6%	0,3%
Outros	67 329	68 097	1,1%	0,4%
Total	16 565 093	16 667 730	0,6%	100,0%

O valor total dos rendimentos orçamentados para o ano de 2018 é de 16.667.730 euros, apresentando uma variação positiva face aos valores reais de 2017 de 102.637 euros (0,6%).

O valor das quotas, rubrica com maior peso nos rendimentos da Ordem, no montante de 10.277.532 euros (61,7%), apresenta uma ligeira redução de 0,7% face ao valor executado em 2017, tendo em consideração que o número de membros efetivos que passou de 70.975 em 2016 para 70.443 em 2017, prevendo-se uma ligeira tendência de redução do número de membros em 2018.

Foi considerado um aumento de 17,9% face ao valor executado em 2017, na prestação de serviços referente aos serviços de informática aos membros, devido ao aumento da procura deste serviço.

As prestações de serviços referentes às ações de formação tem um peso bas-



tante expressivo de 16,4% no total dos rendimentos da Ordem, com um valor de 2.735.392 euros, tendo uma variação de -2% face ao valor executado em 2017.

Comparação do orçamento para 2018 com o orçamento de 2017

O valor total dos rendimentos orçamentados para o ano de 2018 é de 16.667.730 euros, apresentando um desvio face aos valores orçamentados em 2017 de -3.665.180 euros (-18%).

<i>Euros</i>			
Rendimentos	Orçamento 2017	Orçamento 2018	Varição %
Vendas	24 200	3 966	-83,6%
Prestações de serviços	19 032 520	15 869 517	-16,6%
Outros rendimentos	1 276 190	794 248	-37,8%
Total	20 332 910	16 667 730	-18,0%

O valor das quotas, rubrica com maior peso nos rendimentos da Ordem com um valor de 10.277.532 euros (61,7%), apresenta uma redução de 2,3% face ao valor orçamentado em 2017, tendo em consideração o valor real de 2017 e o número de membros efetivos que passou de 70.975 em 2016 para 70.443 em 2017.

Foi considerado um aumento de 72,4%, face ao orçamento de 2017, na prestação de serviços referente aos serviços de informática aos membros devido ao aumento da procura deste serviço.

As prestações de serviços referentes a ações de formação tem um peso bastante expressivo de 16,4% no total dos rendimentos da Ordem, com um valor de 2.735.392 euros, tendo uma variação de -59,6% face ao valor orçamentado em 2017. Salienta-se que o orçamento de 2017 previa um valor substancial para a realização de formação eventual relacionada com a implementação do novo normativo contabilístico, Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que não foi concretizada.

No âmbito dos rendimentos suplementares o valor das taxas e emolumentos de 465.787 euros apresenta uma redução de (-27%) face ao valor orçamentado em 2017, mas em relação ao valor executado em 2017 apresenta um aumento de 9,7%. Está definido em termos de orçamento para 2018 um valor de 45.400 euros para rendas de novas instalações (outros rendimentos) que apresenta um desvio de -84,9% em relação ao valor orçamentado para 2017 (300.000 euros). Salienta-se que em 2017 não foi concretizado o arrendamento dos espaços referentes aos novos auditórios previsto no orçamento para esse ano, razão pela qual o valor do orçamento para 2018 foi revisto tendo em consideração a viabilidade na concretização deste rendimento.

Rendimentos	Orçamento 2017	Orçamento 2018	Variação %	% s/ total
Vendas	24 200	3 966	-83,6%	0,0%
Prestações de serviços	19 032 520	15 869 517	-16,6%	95,2%
Jóias	90 000	90 000	0,0%	0,5%
Quotas	10 516 320	10 277 532	-2,3%	61,7%
Acções de Formação OCC	6 772 200	2 735 392	-59,6%	16,4%
Formação eventual	5 043 000	1 528 000	-69,7%	9,2%
Formação (segmentada, permanente, à distância e recorrente)	1 540 000	1 147 392	-25,5%	6,9%
Conferências	189 200	60 000	-68,3%	0,4%
Outros serviços	1 654 000	2 766 593	67,3%	16,6%
Vinhetas	80 400	81 973	2,0%	0,5%
Serviços de informática (aos membros)	1 450 000	2 500 000	72,4%	15,0%
Multas-processos disciplinares	123 600	184 620	49,4%	1,1%
Outros rendimentos	1 276 190	794 248	-37,8%	4,8%
Outros rendimentos suplementares	761 460	516 351	-32,2%	3,1%
Encontro Nacional dos CC	7 500	7 500	0,0%	0,0%
Taxas e emolumentos	638 064	465 787	-27,0%	2,8%
Inscrições-Reg.atribuição créditos	25 356	26 064	2,8%	0,2%
Outros	35 000	0	-100,0%	0,0%
Publicidade	55 540	17 000	-69,4%	0,1%
Rendas	164 330	164 400	0,0%	1,0%
Rendas novas instalações	300 000	45 400	-84,9%	0,3%
Outros	50 400	68 097	35,1%	0,4%
Total	20 332 910	16 667 730	-18,0%	100,0%

Euros

GASTOS

Comparação do orçamento para 2018 com os valores executados de 2017

Os gastos totais previstos para o ano de 2018 apresentam um montante de 15.637.468 euros, com uma pequena variação de -0,8% em relação ao valor executado no ano de 2017.

Os fornecimentos e serviços externos são os gastos com maior peso no orçamento total da Ordem um uma percentagem de 59,5%, a que corresponde o montante de 9.303.156 euros, com um aumento de 5,1% face à execução de 2017.

Os gastos com o pessoal, orçamentados para o ano de 2018, têm um peso de 26,8% no valor total dos gastos e apresentam um valor de 4.188.145 euros, menos 1,2% que o valor executado no ano de 2017.



Euros

Gastos	Real 2017	Orçamento 2018	Variação %	% s/ total
CMVMC	613	1 200	95,8%	0,0%
FSE	8 849 358	9 303 156	5,1%	59,5%
Gastos com o pessoal	4 238 415	4 188 145	-1,2%	26,8%
Gastos de depreciação e de amortização	984 911	1 245 920	26,5%	8,0%
Perdas por imparidade	875 858	125 000	-85,7%	0,8%
Provisões do Período	156 000	0	-100,0%	0,0%
Outros gastos	552 925	634 434	14,7%	4,1%
Gastos de financiamento	107 199	139 613	30,2%	0,9%
Total	15 765 279	15 637 468	-0,8%	100,0%

Euros

Fornecimentos e serviços externos	Real 2017	Orçamento 2018	Variação %	% s/ total
Subcontratos	1 430 965	1 734 082	21,2%	18,6%
Serviços especializados	3 596 222	3 793 559	5,5%	40,8%
Materiais	92 177	104 757	13,6%	1,1%
Energia e fluídos	141 923	148 370	4,5%	1,6%
Deslocações, estadas e transportes	292 887	332 249	13,4%	3,6%
Serviços diversos	3 295 184	3 190 139	-3,2%	34,3%
Total	8 849 358	9 303 156	5,1%	100,0%

Euros

Fornecimentos e serviços externos	Real 2017	Orçamento 2018	Variação %	% s/ total
Subcontratos	1 430 965	1 734 082	21,2%	18,6%
Serviços especializados	3 596 222	3 793 559	5,5%	40,8%
Trabalhos especializados	1 562 567	1 665 743	6,6%	17,9%
Publicidade e propaganda	66 570	75 770	13,8%	0,8%
Vigilância e segurança	76 100	83 250	9,4%	0,9%
Honorários	1 028 026	1 099 260	6,9%	11,8%
Conservação e reparação	470 554	461 781	-1,9%	5,0%
Serviços bancários	209 407	214 260	2,3%	2,3%
Outros	182 997	193 495	5,7%	2,1%
Materiais	92 177	104 757	13,6%	1,1%
Ferramentas e utensílios	0	2 520		0,0%
Livros e documentação técnica	18 152	19 000	4,7%	0,2%
Material de escritório	49 712	51 237	3,1%	0,6%
Artigos para oferta	24 314	32 000	31,6%	0,3%
Energia e fluídos	141 923	148 370	4,5%	1,6%
Deslocações, estadas e transportes	292 887	332 249	13,4%	3,6%
Serviços diversos	3 295 184	3 190 139	-3,2%	34,3%
Rendas e alugueres	266 938	274 388	2,8%	2,9%
Comunicação	1 277 155	1 100 433	-13,8%	11,8%
Seguros	1 620 780	1 654 787	2,1%	17,8%
Contencioso e notariado	27 618	37 601	36,1%	0,4%
Despesas de representação	802	5 000	523,8%	0,1%
Limpeza, higiene e conforto	101 892	117 930	15,7%	1,3%
Total	8 849 358	9 303 156	5,1%	100,0%

Comparação do orçamento para 2018 com o orçamento de 2017

Os gastos totais previstos para o ano de 2018 apresentam um montante de 15.637.468 euros, com uma redução de -21,9% em relação ao valor orçamentado no ano de 2017. Os fornecimentos e serviços externos são os gastos com maior peso no orçamento total da Ordem com uma percentagem de 59,5%, a que corresponde o montante de 9.303.156 euros, com uma redução de 30,4% face ao orçamento de 2017. Os gastos com o pessoal, orçamentados para o ano de 2018, têm um peso de 26,8% no valor total dos gastos e apresentam um valor de 4.188.145 euros, menos 11,4% que o valor orçamentado no ano de 2017.

Euros

Fornecimentos e serviços externos	Orçamento 2017	Orçamento 2018	Variação %	% s/ total
CMVMC	2 040	1 200	-41,2%	0,0%
FSE	13 358 200	9 303 156	-30,4%	59,5%
Gastos com o pessoal	4 728 090	4 188 145	-11,4%	26,8%
Gastos de depreciação e de amortização	921 130	1 245 920	35,3%	8,0%
Perdas por imparidade	250 000	125 000	-50,0%	0,8%
Outros gastos	645 500	634 434	-1,7%	4,1%
Gastos de financiamento	129 600	139 613	7,7%	0,9%
Total	20 034 560	15 637 468	-21,9%	100,0%

Euros

Fornecimentos e serviços externos	Orçamento 2017	Orçamento 2018	Variação %	% s/ total
Subcontratos	1 316 640	1 734 082	31,7%	18,6%
Serviços especializados	8 100 840	3 793 559	-53,2%	40,8%
Materiais	150 580	104 757	-30,4%	1,1%
Energia e fluidos	150 950	148 370	-1,7%	1,6%
Deslocações, estadas e transportes	484 600	332 249	-31,4%	3,6%
Serviços diversos	3 154 590	3 190 139	1,1%	34,3%
Total	13 358 200	9 303 156	-30,4%	100,0%



Euros

Fornecimentos e serviços externos	Orçamento 2017	Orçamento 2018	Variação %	% s/ total
Subcontratos	1 316 640	1 734 082	31,7%	18,6%
Serviços especializados	8 100 840	3 793 559	-53,2%	40,8%
Trabalhos especializados	3 946 240	1 665 743	-57,8%	17,9%
Publicidade e propaganda	683 180	75 770	-88,9%	0,8%
Vigilância e segurança	111 720	83 250	-25,5%	0,9%
Honorários	2 190 520	1 099 260	-49,8%	11,8%
Conservação e reparação	733 710	461 781	-37,1%	5,0%
Serviços bancários	241 440	214 260	-11,3%	2,3%
Outros	194 030	193 495	-0,3%	2,1%
Materiais	150 580	104 757	-30,4%	1,1%
Ferramentas e utensílios	2 500	2 520	0,8%	0,0%
Livros e documentação técnica	2 400	19 000	691,7%	0,2%
Material de escritório	141 180	51 237	-63,7%	0,6%
Artigos para oferta	4 500	32 000	611,1%	0,3%
Energia e fluídos	150 950	148 370	-1,7%	1,6%
Deslocações, estadas e transportes	484 600	332 249	-31,4%	3,6%
Serviços diversos	3 154 590	3 190 139	1,1%	34,3%
Rendas e alugueres	381 810	274 388	-28,1%	2,9%
Comunicação	1 277 780	1 100 433	-13,9%	11,8%
Seguros	1 361 030	1 654 787	21,6%	17,8%
Contencioso e notariado	18 600	37 601	102,2%	0,4%
Despesas de representação	15 000	5 000	-66,7%	0,1%
Limpeza, higiene e conforto	100 370	117 930	17,5%	1,3%
Total	13 358 200	9 303 156	-30,4%	100,0%

A rubrica de fornecimentos e serviços externos merece uma análise mais detalhada, nas seguintes subrubricas:

A) SUBCONTRATOS

Esta subrubrica inclui, sobretudo, os gastos com o sistema de informação do contabilista certificado (SICC), com o desenvolvimento e atualização do programa *TO-Online* e com as publicações periódicas da Ordem, tendo um aumento de 31,7% face ao valor orçamentado para 2017, devido ao aumento da procura por parte dos membros da prestação de serviços referente aos serviços de informática.

B) SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

As subrubricas de «Honorários» e «Trabalhos especializados» referem-se, sobretudo, aos gastos necessários à formação prevista para o ano de 2018. Existe uma redução substancial dos valores destas subrubricas face ao valor do orçamento para 2017, devido à formação específica prevista no âmbito da implementação do SNC-AP. Estes gastos resultam essencialmente dos serviços prestados pelos

formadores, controladores, advogados, solicitadores, informáticos, consultores externos e outros trabalhadores independentes, necessários ao exercício da atividade da Ordem.

C) PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Nesta rubrica, estão contemplados os gastos com o normal funcionamento da Ordem. A redução substancial (-88,9%) face ao valor orçamentado para 2017, deve-se ao fato desse orçamento contemplar também os gastos com o ato eleitoral.

D) MATERIAIS

Esta subconta não sofreu qualquer alteração significativa relativamente ao ano anterior, uma vez que se refere, essencialmente, aos gastos com o material de escritório. Existe um aumento no valor das ofertas referente aos *Kits* a oferecer aos novos membros na cerimónia de acolhimento.

E) ENERGIA E FLUÍDOS

Os gastos previstos com o fornecimento de água e eletricidade, de Lisboa, Porto e representações da Ordem, não apresentam variação significativa face ao valor apresentado no orçamento de 2017.

F) DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES

Esta subrubrica regista, designadamente, os gastos decorrentes da participação nas diversas formações, eventos e fóruns nacionais e internacionais, bem como outras deslocações da Assembleia Representativa e das comissões ao serviço da Ordem.

G) SERVIÇOS DIVERSOS

A rubrica «Rendas e alugueres» apresenta uma redução de 28,1% face ao orçamento de 2017, decorrente dos gastos com o aluguer de espaços no âmbito da formação do SNC-AP previstos nesse orçamento.

No que respeita à previsão de gastos com seguros, a mesma inclui as apólices de seguros de responsabilidade civil profissional e de saúde dos membros suportados pela Ordem, bem como os restantes seguros, como sejam, os do ramo automóvel, multirrisco e responsabilidade civil contratados para o exercício da atividade institucional. Face ao orçamento de 2017 existe um aumento dos gastos referentes ao seguro de responsabilidade civil profissional e ao seguro de saúde dos membros. Relativamente aos gastos de limpeza, higiene e conforto estima-se um acréscimo de 17,5% em relação ao ano anterior.



GASTOS COM O PESSOAL

No que concerne à previsão de gastos com o pessoal, a mesma ascende a 4.188.145 euros, incluindo pontualmente ajustamentos à massa salarial dos colaboradores e uma redução de 30% nas remunerações da Bastonária, Conselho Diretivo e Conselho Jurisdicional, a partir de 5 de março de 2018. Os restantes Órgãos Sociais têm senhas de presença. No período de 1 de janeiro a 5 de março de 2018 foram considerados os gastos de remunerações dos Órgãos Sociais que cessaram funções.

O desvio dos gastos com pessoal face ao valor executado em 2017 é de -1,2% e, em relação ao valor orçamentado em 2017, é de -11,4%.

Euros

Gastos com o pessoal	Real 2017	Orçamento 2018	Variação %
Remunerações Órgãos da Ordem	809 040	620 654	-23,3%
Remunerações do pessoal	2 590 592	2 750 345	6,2%
Encargos sobre remunerações	718 429	707 196	-1,6%
Seguros de acidente no trabalho	16 991	15 684	-7,7%
Gastos de acção social	24 286	25 648	5,6%
Outros gastos com o pessoal	79 078	68 617	-13,2%
Total	4 238 415	4 188 145	-1,2%

Euros

Gastos com o pessoal	Orçamento 2017	Orçamento 2018	Variação %
Remunerações Órgãos da Ordem	977 400	620 654	-36,5%
Remunerações do pessoal	2 819 510	2 750 345	-2,5%
Encargos sobre remunerações	812 210	707 196	-12,9%
Seguros de acidente no trabalho	16 620	15 684	-5,6%
Gastos de acção social	32 000	25 648	-19,8%
Outros gastos com o pessoal	70 350	68 617	-2,5%
Total	4 728 090	4 188 145	-11,4%



CONSELHO FISCAL

OUTROS GASTOS

Euros

Outros Gastos	Real 2017	Orçamento 2018	Varição %
Gastos de depreciação e de amortização	984 911	1 245 920	26,5%
Ativos fixos tangíveis	820 396	1 069 073	30,3%
Ativos intangíveis	164 515	176 847	7,5%
Perdas por imparidade	875 858	125 000	-85,7%
Inventários/Em dívidas a receber	875 858	125 000	-85,7%
Provisões do período	156 000	0	-100,0%
Processos judiciais	8 000	0	-100,0%
Outras provisões	148 000	0	-100,0%
Outros gastos	552 925	634 434	14,7%
Impostos	52 661	42 200	-19,9%
Donativos	1 000	50 000	4900,0%
Quotizações	261 170	232 037	-11,2%
Outros	238 095	310 197	30,3%
Gastos de financiamento	107 199	139 613	30,2%
Juros de financiamentos obtidos	74 867	106 813	42,7%
Juros contrato de locação financeira	32 054	32 800	2,3%
Outros juros	278	0	-100,0%

Euros

Outros Gastos	Orçamento 2017	Orçamento 2018	Varição %
Gastos de depreciação e de amortização	921 130	1 245 920	35,3%
Propriedades de investimentos	43 610	0	-100,0%
Ativos fixos tangíveis	709 520	1 069 073	50,7%
Ativos intangíveis	168 000	176 847	5,3%
Perdas por imparidade	250 000	125 000	-50,0%
Em dívidas a receber	250 000	125 000	-50,0%
Outros gastos	645 500	634 434	-1,7%
Impostos	42 110	42 200	0,2%
Donativos	50 000	50 000	0,0%
Quotizações	250 480	232 037	-7,4%
Outros	302 910	310 197	2,4%
Gastos de financiamento	129 600	139 613	7,7%
Juros de financiamentos obtidos	81 600	106 813	30,9%
Juros contrato de locação financeira	48 000	32 800	-31,7%



Depreciações e amortizações

As depreciações referentes aos ativos fixos tangíveis apresentam um valor de 1.069.073 euros, representando um aumento de 50,7% face ao orçamento de 2017 e um aumento de 30,3% face ao valor executado no ano de 2017. A variação existente face a 2017 está diretamente relacionada com o facto de em 2018 o edifício do Porto e o auditório de Lisboa, inaugurado em outubro de 2017, estarem em plena utilização.

Perdas por imparidade

As perdas por imparidade apresentam uma redução face ao valor orçamentado para 2017. Atendendo ao ajustamento dos critérios de apuramento das imparidades em 2017 que originou um aumento substancial desta rubrica, o montante de previsto para 2018 é revisto com prudência.

Outros gastos

Os «Outros gastos» incluem os impostos (IUC, IMI), os donativos com relevância para as instituições produtoras de eventos relacionados com a atividade profissional, as quotizações para as entidades internacionais onde participamos (CILEA, IFAC, FCM e EFAA) e as verbas atribuídas para o fundo de pensões.

Gastos de financiamento

Os gastos de financiamento com um montante orçamentado para 2018 de 139.613 euros apresentam um aumento de 7,7% face ao valor orçamentado em 2017 e um aumento de 30,2% face ao valor executado em 2017, devido ao aumento dos financiamentos obtidos e ao facto de deixarem de existir juros capitalizados no âmbito das obras em curso.

PLANO ANUAL DE INVESTIMENTOS

	<i>Euros</i>	
Plano anual de investimentos	Orçamento 2017	Orçamento 2018
Ativos fixos tangíveis	200 000	250 000
Equipamento administrativo	200 000	250 000
Equipamento informático	200 000	250 000
Ativos intangíveis	0	37 000
Base de dados		37 000
Investimentos em curso	120 000	130 000
Total	320 000	417 000

O investimento previsto para 2018 em equipamento administrativo refere-se essencialmente à aquisição de equipamento informático. Prevê-se a aquisições de base de dados para apoio no sistema de controlo interno da Ordem.

Os investimentos previstos serão realizados com recurso a fundos patrimoniais próprios da Ordem.

APOIO AOS MEMBROS

O valor total previsto para 2018 das várias áreas referente ao apoio aos membros é de 4.749.018,99 euros, o que representa 30% do valor total dos gastos previstos. O valor referente ao consultório jurídico representa 20% dos gastos totais do departamento jurídico.

Em relação à Revista Contabilista estão considerados 40% dos gastos do departamento de comunicação e imagem.

<i>Euros</i>	
Apoio aos membros	Valor
Consultório Técnico	773 712,04
Consultório Jurídico	172 972,82
Representações	357 704,56
SICC	166 572,92
Reuniões Livres	334 332,87
Revista Contabilidade e Gestão	21 250,00
Revista Contabilista	983 413,39
Novidades Profissionais - web	42 014,39
Contabilista TV (Videos Tutoriais)	16 000,00
Revista IDEFF	15 250,00
Fundo Pensões	164 330,00
Fundo Solidariedade Social	79 247,00
Seguro Responsabilidade Civil CC	720 000,00
Seguro de Saúde CC	902 219,00
Total	4 749 018,99

TESOURARIA

O orçamento de tesouraria para 2018 apresenta valores reais no período de janeiro a março e, nos restantes meses, valores estimados de acordo com a informação existente.

Tendo em consideração o valor inicial dos saldos de bancos de 114.305 euros, o valor total previsto de recebimentos de 17.340.081 euros e de pagamentos de 16.921.814 euros, prevê-se um saldo positivo em bancos com referência a 31 de dezembro de 2018 no montante de 532.571 euros.



Orçamento de tesouraria	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
	Real	Real	Real	Estimado	Estimado	Estimado
Recebimentos	2 604 215	1 111 350	1 400 967	1 553 555	1 259 834	1 176 208
Quotas Recebidas	1 664 007	500 760	643 294	1 106 706	689 361	729 981
Ações Formação	380 368	261 808	223 184	97 152	243 760	120 192
Outras Receitas	483 286	285 257	474 141	287 697	264 713	264 036
Fundo de Pensões	76 555	63 525	60 348	62 000	62 000	62 000
Pagamentos	2 461 651	1 248 038	750 919	1 259 640	1 357 320	1 457 352
Seguros	345 699	175 814	0	122 078	146 263	210 716
Fornecedores C/C	1 112 928	424 395	209 939	407 858	380 575	351 554
Fornecedores de Investimentos	285 303	128	3 996	80 000	80 000	5 000
Outros Credores	178 909	75 173	14 483	125 000	125 000	50 000
Recursos Humanos /Seg.Social/IRS/FCT	322 913	308 629	301 148	313 150	307 950	621 950
Impostos	18 736	15 777	61 977	39 952	71 893	47 000
Pagamentos diversos	16 200	12 182	8 679	19 638	19 510	22 984
Membros - Fundo Social	6 720	6 720	6 581	6 581	6 581	6 581
Entregas Fundo Pensões	76 555	63 525	60 348	62 000	62 000	62 000
Financiamentos	73 951	155 062	69 364	69 067	146 438	68 431
Outros Gastos Financeiros	23 737	10 635	14 404	14 317	11 109	11 136
Balanço mês	142 564	-136 688	650 048	293 914	-97 486	-281 144
Saldo em bancos em 31/12/2017: 114 305						
	256 869	120 180	770 229	0	0	0
Novo Banco	282	264	247			
Caixa Geral de Depósitos 1	6 941	6 941	6 941			
Caixa Geral de Depósitos 2	908	908	908			
Banco Comercial Português 1	48 587	65 043	255 618			
Banco Comercial Português 2	26 167	27 774	29 313			
Banco Comercial Português 3	23 018	2 048	47 929			
Banco BPI, SA	17 745	11 362	2 725			
Banco BPI, SA (Conta JESSICA)	388	764	764			
Banco Santander Totta	132 832	5 076	425 783			
Acumulado mês	256 869	120 181	770 229	1 064 143	966 657	685 513

Euros

Orçamento de tesouraria	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado
	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	
Recebimentos	1 634 459	1 021 508	1 391 882	2 097 913	957 804	1 130 387	17 340 081
Quotas Recebidas	1 164 716	464 900	601 043	1 194 402	492 123	699 353	9 950 644
Ações Formação	42 592	104 032	359 088	514 512	260 096	99 520	2 706 304
Outras Receitas	365 151	390 576	369 751	326 999	143 585	207 514	3 862 706
Fundo de Pensões	62 000	62 000	62 000	62 000	62 000	124 000	820 427
Pagamentos	1 455 620	1 184 106	1 179 831	1 509 887	1 307 394	1 750 056	16 921 814
Seguros	133 828	133 716	213 424	133 716	133 716	133 716	1 882 688
Fornecedores C/C	436 414	323 737	305 443	520 566	240 128	524 297	5 237 832
Fornecedores de Investimentos	5 000	5 000	5 000	200 000	5 000	203 000	877 428
Outros Credores	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000	868 565
Recursos Humanos /Seg.Social/IRS/FCT	595 150	378 050	378 050	378 050	572 050	561 950	5 039 041
Impostos	51 725	42 369	54 325	42 000	60 129	46 207	552 090
Pagamentos diversos	23 208	22 047	21 579	21 397	19 918	19 714	227 054
Membros - Fundo Social	6 581	6 581	6 581	6 581	6 581	6 581	79 247
Entregas Fundo Pensões	62 000	62 000	62 000	62 000	62 000	124 000	820 427
Financiamentos	77 233	152 558	69 643	76 013	148 443	69 661	1 175 867
Outros Gastos Financeiros	14 481	8 048	13 787	19 564	9 429	10 930	161 576
Balanço mês	178 839	-162 598	212 050	588 026	-349 590	-619 669	418 267
Saldo em bancos em 31/12/2017: 114 305							
	0	0	0	0	0	0	
Novo Banco							
Caixa Geral de Depósitos 1							
Caixa Geral de Depósitos 2							
Banco Comercial Português 1							
Banco Comercial Português 2							
Banco Comercial Português 3							
Banco BPI, SA							
Banco BPI, SA (Conta JESSICA)							
Banco Santander Totta							
Acumulado mês	864 352	701 754	913 805	1 501 831	1 152 240	532 571	532 571



De referir que apenas está previsto o pagamento de remunerações aos órgãos sociais a partir de junho, altura em que existe a probabilidade de existir definição das remunerações pela Comissão de Fixação das Remunerações dos Órgãos Sociais.

Durante o ano de 2018 o Conselho Diretivo pretende melhorar eficiências de controlo da despesa e cobranças, em articulação com uma política mais eficaz e proativa de gestão dos financiamentos, de maneira a superar de forma positiva o orçamento previsto na tesouraria para 2018, reduzindo o endividamento e, consequentemente, o valor dos juros a pagar.

DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Demonstração previsional dos resultados por naturezas	Real 2017	Orçamento 2018
Vendas e serviços prestados	15 676 188	15 873 482
Custos das MVMC	-613	-1 200
Fornecimentos e serviços externos	-8 849 358	-9 303 156
Gastos com o pessoal	-4 238 415	-4 188 145
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-746 660	-125 000
Provisões (aumento/reduções)	-104 859	0
Outros rendimentos	708 565	794 248
Outros gastos	-552 925	-634 434
Resultados antes depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 891 924	2 415 795
Gastos de depreciação e amortização	-984 911	-1 245 920
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	907 013	1 169 875
Juros e gastos similares suportados	-107 199	-139 613
Resultado antes de impostos	799 813	1 030 263
Imposto sobre rendimento do período	-376	
Resultado Líquido do Período	799 438	1 030 263

Demonstração previsional dos resultados por naturezas	Orçamento 2017	Orçamento 2018
Vendas e serviços prestados	19 056 720	15 873 482
Custos das MVMC	-2 040	-1 200
Fornecimentos e serviços externos	-13 358 200	-9 303 156
Gastos com o pessoal	-4 728 090	-4 188 145
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-250 000	-125 000
Outros rendimentos	1 276 190	794 248
Outros gastos	-645 500	-634 434
Resultados antes depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 349 080	2 415 795
Gastos de depreciação e amortização	-921 130	-1 245 920
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	427 950	1 169 875
Juros e gastos similares suportados	-129 600	-139 613
Resultado antes de impostos	298 350	1 030 263
Resultado Líquido do Período	298 350	1 030 263

Conforme a demonstração previsional de resultados por naturezas apresentada, prevê-se que o resultado líquido do período do ano de 2018 ascenda a 1.030.263 euros.

Aprovado em reunião de Conselho Diretivo de 3 de abril de 2018.

Conselho Diretivo,

Bastonária	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
						
Paula Franco	Filomena Felgueiras Moreira	José Pedro Ganchos Farinha	Manuel Madeira Teixeira	Joaquim Jorge Barbosa	Álvaro Jorge da Silva Costa	Ana Cristina Pena Silva



XIV Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o período de 2018

O art.º 62.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), aprovado pela Lei n.º 139/2015, de 7 de Setembro, não estabelece a obrigação do Conselho Fiscal (CF) emitir Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO). No entanto, o Conselho Diretivo (CD) solicitou ao CF a emissão de Parecer sobre o PAO para o período de 2018.

O PAO abrange o plano de atividades, os mapas previsionais de rendimentos e gastos, o plano anual de investimentos, a demonstração previsional dos resultados por naturezas e o orçamento de tesouraria.

Verificámos a consistência e a adequação dos pressupostos e das estimativas contidas nos instrumentos de gestão previsional acima referidos.

O trabalho que efetuámos, tendo em vista aferir se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes, incluiu a realização de indagações destinadas a avaliar a razoabilidade da apresentação da informação previsional.

Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do Parecer sobre o PAO para o período de 2018.

Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela Ordem.

Advertimos que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Lisboa, 11 de abril de 2018.

Conselho Fiscal,

Presidente	Vogal	ROC
		
Mário da Cunha Guimarães	Mário Paulo Baptista Cabêda	Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes

